



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO
SUBSECRETARIA DE PLANEJAMENTO
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

BOLETIM DE TRABALHO

DO RIO GRANDE DO SUL

V. 5 N. 2

GOVERNO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Governador: Eduardo Leite

Vice-Governador: Gabriel Vieira de Souza

SECRETARIA DE PLANEJAMENTO, GOVERNANÇA E GESTÃO

Secretário: Danielle Calazans

Secretário Adjunto: Bruno Silveira

Subsecretária de Planejamento: Carolina Mór Scarparo

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E ESTATÍSTICA

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL

V. 5, N. 2, junho 2023

Porto Alegre, RS

Bol. Trab.	Porto Alegre	v. 5	n. 2	p. 1-32	jun. 2023
------------	--------------	------	------	---------	-----------

Qualquer parte desta publicação pode ser reproduzida, desde que citada a fonte.

Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>

Departamento de Economia e Estatística (DEE-SPGG)

Av. Borges de Medeiros, 1501 - 10.º andar

Porto Alegre - RS - 90119-900

Fone: (51) 3288-1196

E-mail: dee@planejamento.rs.gov.br

Homepage: <https://dee.rs.gov.br/inicial>

Diretor: Pedro Tonon Zuanazzi

Chefe da Divisão de Análise Econômica: Martinho Roberto Lazzari

Equipe Técnica: Guilherme Gaspar de Freitas Xavier Sobrinho e Raul Luís Assumpção Bastos

Revisão Técnica: Martinho Roberto Lazzari

Revisão de Língua Portuguesa: Susana Kerschner

Projeto Gráfico: Vinicius Ximendes Lopes

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Boletim de trabalho do Rio Grande do Sul / Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, Departamento de Economia e Estatística – V. 1, n. 1, (2019)- . – Porto Alegre: Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão, 2019- .
v. : il.

Trimestral.

1. Mercado de trabalho – Rio Grande do Sul. 2. Trabalho formal – Rio Grande do Sul. I. Rio Grande do Sul. Secretaria de Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística.

CDU 331.5(816.5)

Bibliotecário responsável: João Vítor Ditter Wallauer – CRB 10/2016

O Boletim de Trabalho oferece, trimestralmente, análises sobre o mercado de trabalho no Rio Grande do Sul, aprofundando, a cada edição, algum aspecto referente à força de trabalho e à ocupação, em dimensões como os rendimentos, o perfil demográfico dos trabalhadores e as diferentes formas de inserção no mercado.

SUMÁRIO

SUMÁRIO EXECUTIVO	4
1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2023	6
1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO	6
1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL	8
1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO	11
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS	15
1.5 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS	17
2 EMPREGO FORMAL: CONTRASTES NA TRAJETÓRIA DE EXPANSÃO	19
2.1 A VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL TOTAL NO ESTADO E NO PAÍS	19
2.2 DESEMPENHO DO MERCADO FORMAL GAÚCHO SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE	20
2.3 A DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS ADICIONAIS ENTRE GRUPOS POPULACIONAIS	23
2.4 O DESEMPENHO DO EMPREGO NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS	24
2.5 SALÁRIOS MÉDIOS DE ADMISSÃO POR SEXO E SETOR DE ATIVIDADE	26
2.6 ROTATIVIDADE NOS POSTOS DE TRABALHO SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS	28
2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	31
REFERÊNCIAS	32

SUMÁRIO EXECUTIVO

Na **seção 1** deste número do **Boletim de Trabalho do Rio Grande do Sul**, apresentam-se evidências sobre o desempenho do mercado de trabalho do Estado no primeiro trimestre de 2023, em perspectiva comparada com os de Santa Catarina, Paraná, São Paulo e o do País, utilizando, para tanto, dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

No que diz respeito à oferta de força de trabalho, a taxa de participação na força de trabalho, no primeiro trimestre de 2023, no RS, ficou estável tanto na margem como na referência comparativa interanual. Nesta última base comparativa, o indicador também ficou estável em SC e em SP, enquanto, no PR e no País, sofreu retração.

O nível de ocupação, no primeiro trimestre de 2023, frente ao quarto trimestre de 2022, evidenciou estabilidade no RS, enquanto, em SC, no PR, em SP e no País, registrou queda. Já na comparação com o primeiro trimestre de 2022, o indicador elevou-se no RS, em SP e no País e permaneceu estável nos demais estados da macrorregião Sul. Em bases interanuais, o aumento do nível de ocupação no RS foi superior ao dos verificados em SP e no País.

Quanto à estrutura ocupacional, a taxa de informalidade, no primeiro trimestre de 2023, no RS, no PR e em SP, manteve-se estável, seja na margem, seja em termos interanuais. Na comparação interanual, evidenciou queda em SC e no País. As evidências corroboram a percepção de que o processo de elevação da taxa de informalidade, que ocorreu em 2021, se interrompeu desde 2022.

No primeiro trimestre de 2023, frente ao quarto trimestre de 2022, a taxa de desocupação no RS, assim como em SC, em SP e no País, registrou aumento. Esse é um comportamento esperado do indicador, uma vez que, por fatores sazonais, ele costuma elevar-se nesse período. Na referência comparativa interanual, a taxa de desocupação evidenciou queda no RS, nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País.

A medida mais ampla de subutilização da força de trabalho, a taxa composta de subutilização da força de trabalho, no primeiro trimestre de 2023, na margem, manteve-se estável no RS, em SC, no PR e em SP, enquanto, no País, elevou-se. Em termos interanuais, o indicador evidenciou retração generalizada. No RS, a taxa composta de subutilização da força de trabalho do primeiro trimestre de 2023 é a menor em relação a todos os primeiros trimestres da série temporal da PNAD Contínua, iniciada em 2012.

O rendimento médio real habitual dos ocupados, no primeiro trimestre de 2023, em relação ao quarto trimestre do ano anterior, evidenciou queda no RS e estabilidade em SC, no PR, em SP e no País. No cotejo entre o primeiro trimestre de 2023 e o de 2022, o indicador registrou variações positivas no RS e em todas as suas referências comparativas selecionadas. Para o RS, demais estados da macrorregião Sul e o País, na referência comparativa interanual, essa foi a terceira variação positiva consecutiva do rendimento médio real habitual.

Também no que se refere aos rendimentos, a massa de rendimento real habitual dos ocupados, no primeiro trimestre de 2023, no RS, na margem, teve uma variação negativa; nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País, manteve-se estável. A queda verificada no RS foi provocada pela variação negativa do rendimento médio real habitual, uma vez que o contingente de ocupados permaneceu estável. Na comparação interanual, a massa de rendimento real habitual teve variações positivas no RS e nas suas referências comparativas selecionadas. Para esse desempenho, contribuíram os incrementos dos contingentes de ocupados e, principalmente, as variações positivas do rendimento médio real habitual.

O mercado formal de trabalho gaúcho seguiu apresentando, entre abril de 2022 e o mesmo mês deste ano, algumas tendências que vêm sendo apontadas nos números mais recentes deste boletim: segundo o Novo Caged, do Ministério do Trabalho e Emprego, a expansão de vínculos laborais oficializados prolongou-se, em ritmo menos acelerado do que nos 12 meses anteriores e com uma intensidade que coloca o Rio Grande do Sul em penúltima posição no ordenamento das 27 unidades da Federação. Foram cerca de 91 mil postos adicionais no Estado, uma variação de 3,5%, enquanto o emprego cresceu 4,6% no País. Nos 12 meses anteriores, os resultados haviam sido mais expressivos em ambos os recortes territoriais (5,7% e 7,0% respectivamente).

O crescimento ocorreu nos cinco grandes setores de atividade, bem como nas nove Regiões Funcionais do Estado, com as esperadas diferenças de intensidade. Entre abril do ano passado e o mesmo mês deste ano, a indústria foi o setor com mais pálido desempenho relativo no RS (expansão de 2,2%, frente a 3,5% do emprego total). Serviços, com 4,1%, e construção, com 4,0%, tiveram os melhores resultados. Houve retração nos contingentes de seis dos 24 segmentos industriais, com destaque para o moveleiro, o coureiro-calçadista e os têxteis.

Os cerca de 91 mil empregos adicionais computados entre abril de 2022 e abril deste ano contemplaram, de forma bastante equânime, homens e mulheres; quanto às faixas etárias, voltaram a mostrar um forte viés em prol dos segmentos com até 24 anos de idade, ao passo que, no segmento de trabalhadores a partir dos 50 anos, se registraram variações negativas. A faixa de escolaridade fortemente sobrerrepresentada no cômputo de admissões menos desligamentos foi, como tem sido a marca de toda a série do Novo Caged, a do ensino médio completo (e, em menor grau, também do incompleto). Trabalhadores com ensino superior completo, que representavam mais de uma quinta parte do total de empregados formais do Estado, segundo a Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), responderam por apenas 1,9% dos vínculos de trabalho adicionais computados nos últimos 12 meses.

Da mesma forma que no último número, o resultado anualizado mais recente mostra a Região Funcional 5, que corresponde ao Sul do Estado, como aquela com maior elevação percentual dos contingentes formalmente empregados. A grande propulsora desse desempenho é a indústria naval, que gerou cerca de 50% do saldo total de postos da região nos últimos 12 meses. A variação relativa menos expressiva volta a ocorrer na Serra, que parece espelhar, territorialmente, a redução do dinamismo da indústria, que tem na RF3 sua mais alta participação na estrutura do emprego.

Os salários médios reais de ingresso no emprego formal, no Estado, estavam, em abril último, 1,8% acima do patamar do mesmo mês do ano anterior. Ainda se computava uma perda de 12,2% frente a abril de 2020 e de 7,4% na comparação com abril de 2021. O ganho dos últimos 12 meses beneficiou quatro dos cinco setores de atividade, tendo sido serviços a exceção (com perda de 1,4%). Na comparação com 2020, há perdas para todos os setores, e também aqui o setor serviços lidera, com a maior retração do salário médio real (-17,6%). Quanto à equidade dos salários masculinos e femininos, os 12 meses mais recentes marcam uma vantagem muito suave na evolução dos rendimentos das mulheres (crescimento de 1,9%, contra 1,7% para os homens). No entanto, quando se analisa o período de abril de 2020 ao mesmo mês deste ano, as perdas para a força de trabalho feminina chegam a 16,4%, muito superiores aos 9,3% registrados nos salários médios masculinos. Em abril último, a remuneração média das mulheres no mercado formal de trabalho gaúcho correspondia a 90,7% da dos homens.

As taxas de rotatividade no emprego calculadas para as divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE 2.0) mostram, como seria de se esperar, grande heterogeneidade, mas também uma generalizada tendência de elevação, que afeta até mesmo atividades tradicionalmente pouco afetadas a essa problemática, como Administração Pública.

1 O MERCADO DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL NO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2023¹

O processo de recuperação do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul dos efeitos adversos da pandemia de COVID-19 e de uma severa estiagem, em 2020, teve continuidade durante 2022. Essa afirmação pode ser comprovada por meio da inspeção das séries temporais trimestrais do nível de ocupação e da taxa de desocupação, cujas trajetórias foram bastante favoráveis no Estado, ao longo desse ano (BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL, 2023).

No entanto, deve-se ter em mente que ocorreu uma nova estiagem no Rio Grande do Sul, em 2022, prejudicando o seu desempenho macroeconômico, com ênfase o da agropecuária. Nesse sentido, o Produto Interno Bruto (PIB) do Estado, em 2022, teve uma retração de 5,1% (RIO GRANDE DO SUL, 2023). Na agropecuária, na mesma referência comparativa, o Valor Adicionado Bruto (VAB) registrou uma queda muito mais intensa, de 45,6%; em sentido distinto, o VAB da indústria e o dos serviços cresceram 2,2% e 3,7%, respectivamente, evitando uma contração ainda maior da economia estadual. Com base nessas evidências, depreende-se que foram, fundamentalmente, a indústria e os serviços que contribuíram para o desempenho positivo do mercado de trabalho do Estado em 2022 (BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL, 2023).

Nesta seção, tem-se como objetivo dar continuidade ao acompanhamento conjuntural do mercado de trabalho, tratando do desempenho dos seus principais indicadores no primeiro trimestre de 2023. Para tanto, ela foi elaborada com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD Contínua) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O desempenho do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, no primeiro trimestre de 2023, é comparado com o dos Estados de Santa Catarina, Paraná e São Paulo, bem como com o do País. São feitas, adicionalmente, com indicadores selecionados do mercado de trabalho, comparações, neste trimestre, entre a *performance* do RS e a de todas as unidades da Federação (UFs).

1.1 PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO

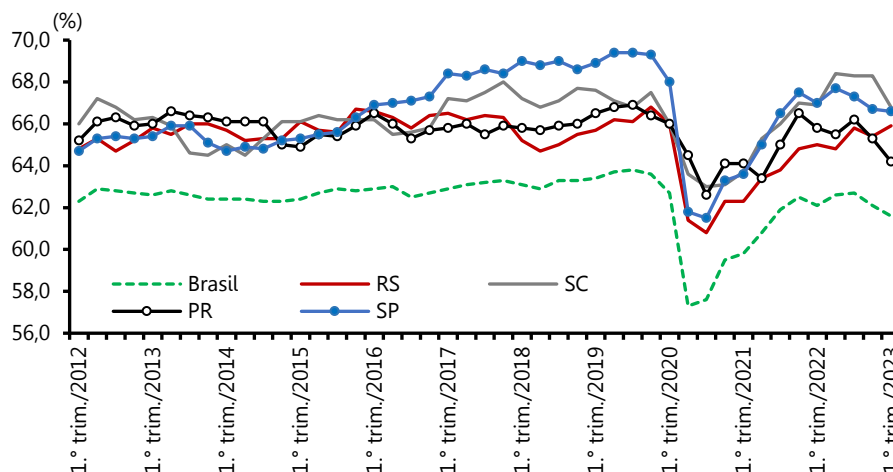
No que diz respeito ao comportamento da oferta de força de trabalho (FT) no primeiro trimestre de 2023, o indicador taxa de participação na FT (TPFT)², no RS e em SP, permaneceu estável na margem — ou seja, na comparação com o quarto trimestre de 2022 —, situando-se em 65,9% e em 66,6% respectivamente (**Gráfico 1**). Nessa mesma referência comparativa, a TPFT evidenciou retrações em SC (de 68,3% para 66,8%), no PR (de 65,3% para 64,2%) e no País (de 62,1% para 61,6%). Quanto ao comportamento interanual da TPFT, o indicador manteve-se estável no RS, em SC e em SP, enquanto, no PR e no Brasil, registrou queda de 1,6 ponto percentual e de 0,5 ponto percentual respectivamente. Estendendo-se o horizonte temporal das comparações, por meio do Gráfico 1, é possível constatar que a TPFT, no RS, se recuperou, de forma próxima à plenitude, da retração verificada ao longo do segundo e do terceiro trimestre de 2020, que foram aqueles em que a pandemia de COVID-19 afetou mais negativamente o mercado de trabalho, e, em SC, integralmente. Nesse sentido, no RS, a TPFT do primeiro trimestre de 2023 está praticamente no mesmo nível daquela do primeiro trimestre de 2020, e, em SC, em nível superior.

Frente à totalidade das UFs do País, no primeiro trimestre de 2023, em comparação ao mesmo trimestre do ano anterior, constata-se que ocorreu um avanço relativo da posição do RS quanto à TPFT, uma vez que o Estado passou do oitavo para o sexto maior nível desse indicador (**Gráfico 2**).

¹ Esta seção foi elaborada com dados disponíveis até 31 de maio de 2023.

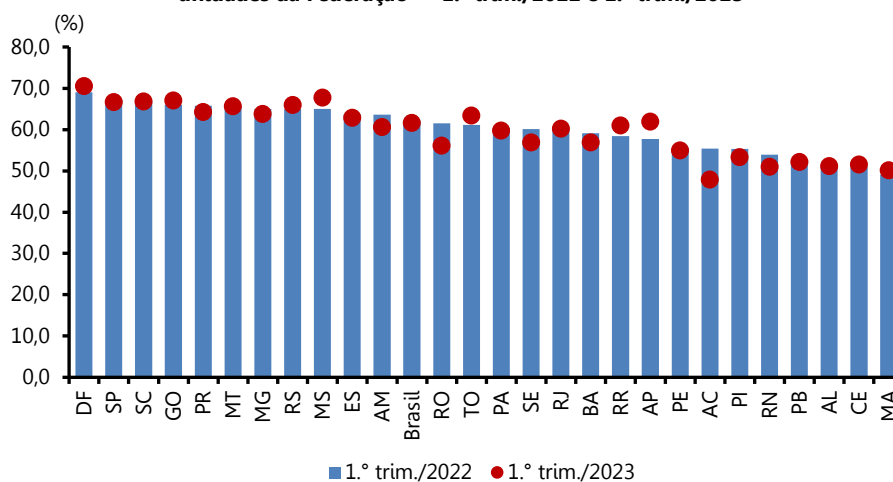
² A **taxa de participação na força de trabalho** é obtida pela divisão da força de trabalho pela População em Idade de Trabalhar, sendo expressa em termos percentuais (ILO, 2016). O indicador mede, assim, a parcela relativa de pessoas de 14 anos ou mais de idade — delimitação etária adotada pela PNAD Contínua — que está no mercado de trabalho, seja na condição de ocupada, seja na de desocupada.

Gráfico 1 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Gráfico 2 - Taxa de participação na força de trabalho no Brasil e nas unidades da Federação — 1.º trim./2022 e 1.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

O contingente de pessoas na FT manteve-se, no primeiro trimestre de 2023, na margem, estável no RS (6.262 mil pessoas), assim como no PR e em SP; em SC, evidenciou uma retração de 1,8%, e, no País, de 0,6% (**Tabela 1**). Na referência comparativa interanual, o contingente de pessoas na FT permaneceu estável no RS, assim como nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País. É possível também constatar, por meio da inspeção dos dados da **Tabela 1**, que, no primeiro trimestre tanto de 2022 quanto de 2023, o número de pessoas na FT se situava, no RS e em suas referências comparativas, acima daquele do primeiro trimestre de 2020, recuperando-se, assim, plenamente, da grande retração verificada no pior momento da emergência sanitária para o mercado de trabalho, no segundo e no terceiro trimestre de 2020.

Tabela 1 - Força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	FORÇA DE TRABALHO (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	1.º Trim./2022	4.º Trim./2022	1.º Trim./2023	1.º Trim./2023	1.º Trim./2023
						4.º Trim./2022	1.º Trim./2022
Brasil	106.263	102.339	107.224	107.942	107.257	(1)-0,6	0,0
RS	6.197	5.925	6.204	6.240	6.262	0,3	0,9
SC	3.896	3.794	3.990	4.116	4.042	(1)-1,8	1,3
PR	6.085	6.057	6.188	6.198	6.121	-1,2	-1,1
SP	25.654	24.419	25.892	25.892	25.965	0,3	0,3

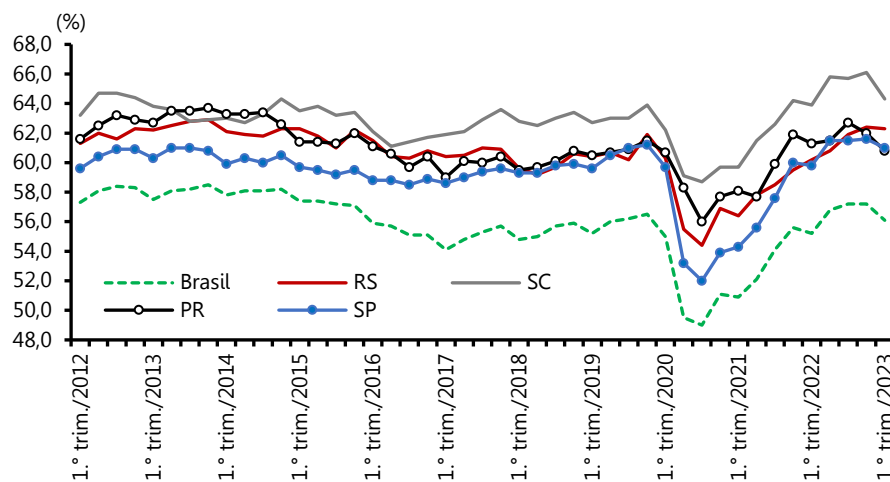
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.2 NÍVEL DE OCUPAÇÃO E TRABALHO INFORMAL

No primeiro trimestre de 2023, frente ao trimestre imediatamente anterior, o nível de ocupação (NO)³ ficou estável no RS, situando-se em 62,3% (**Gráfico 3**). Nessa mesma base comparativa, o NO sofreu retrações em SC (de 66,1% para 64,3%), no PR (de 62,0% para 60,8%), em SP (de 61,6% para 61,0%) e no País (de 57,2% para 56,1%). Já na referência comparativa interanual, o indicador elevou-se no RS (2,1 pontos percentuais), em SP (1,2 ponto percentual) e no âmbito nacional (0,9 ponto percentual); em SC e no PR, manteve-se estável. Assinale-se, ainda, que, desde o segundo trimestre de 2022, o RS se havia recuperado plenamente da retração ocorrida pelo NO durante a pior fase da pandemia da COVID-19 para o mercado de trabalho, no segundo e no terceiro trimestre de 2020; nos demais estados da macrorregião Sul, assim como em SP e no País, tal circunstância já se havia verificado no primeiro trimestre de 2022.

Gráfico 3 - Nível de ocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2023

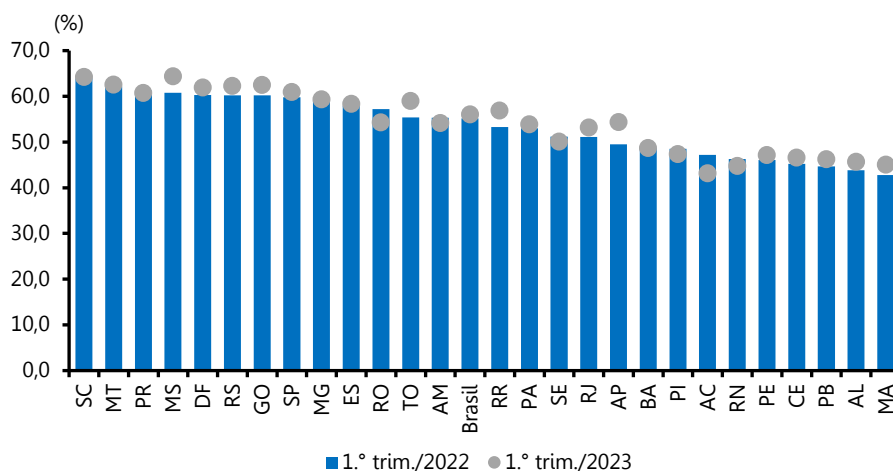


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Em relação a todas as UFs, o RS teve, na referência comparativa interanual, uma melhora no seu posicionamento, em termos de patamar do NO, tendo passado do sexto maior nível do indicador no primeiro trimestre de 2022 para o quinto maior nível no primeiro trimestre de 2023 (**Gráfico 4**).

³ O **nível de ocupação** é obtido pela divisão do contingente de ocupados pela População em Idade de Trabalho, sendo expresso em termos percentuais (ILO, 2016).

**Gráfico 4 - Nível de ocupação no Brasil e nas unidades da Federação —
1.º trim./2022 e 1.º trim./2023**



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Quanto ao contingente de ocupados no primeiro trimestre de 2023, este permaneceu, na margem, estável no RS (5.925 mil ocupados), assim como no PR e em SP; em SC e no País, teve retrações de 2,4% e 1,6% respectivamente (**Tabela 2**). Na base comparativa interanual, o contingente de ocupados teve variações positivas no RS (3,2%, acréscimo de 185 mil ocupados) e, com menor intensidade, em SC (2,1%), em SP (2,9%) e no País (2,7%); no PR, ficou estável.

Tabela 2 - Contingentes de ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

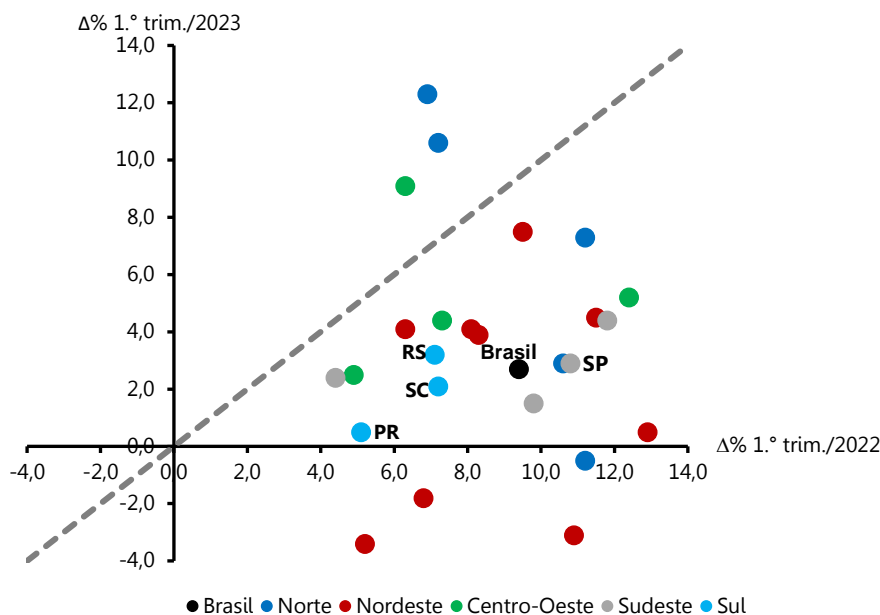
DISCRIMINAÇÃO	OCUPADOS (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	1.º Trim./2022	4.º Trim./2022	1.º Trim./2023	1.º Trim./2023 4.º Trim./2022	1.º Trim./2023 1.º Trim./2022
	Brasil	93.115	87.082	95.275	99.370	97.825	(1)-1,6
RS	5.668	5.359	5.740	5.951	5.925	-0,4	(1)3,2
SC	3.674	3.552	3.808	3.983	3.888	(1)-2,4	(1)2,1
PR	5.598	5.486	5.765	5.879	5.791	-1,5	0,5
SP	22.502	20.840	23.097	23.906	23.765	-0,6	(1)2,9

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

Como já havia sido identificado no número anterior deste boletim, o ritmo de crescimento do contingente de ocupados vem apresentando redução na maioria das UFs, e, por decorrência, no País (BOLETIM DE TRABALHO DO RS, 2023). As evidências contidas no **Gráfico 5**, que cotejam a variação interanual do contingente de ocupados no primeiro trimestre de 2022 (eixo horizontal) com a do primeiro trimestre de 2023 (eixo vertical), nas UFs e no País, ratificam essa constatação. Nesse sentido, em 24 UFs, ocorreu redução no ritmo de crescimento do contingente de ocupados — as suas observações situam-se abaixo da linha de 45 graus no Gráfico 5. O RS, ainda assim, registrou uma desaceleração menos intensa no ritmo de crescimento do contingente de ocupados em relação a SC, PR, SP e ao País, uma vez que a sua posição estava, no eixo vertical do Gráfico 5, que mede a variação interanual no primeiro trimestre de 2023, acima da dessas referências comparativas.

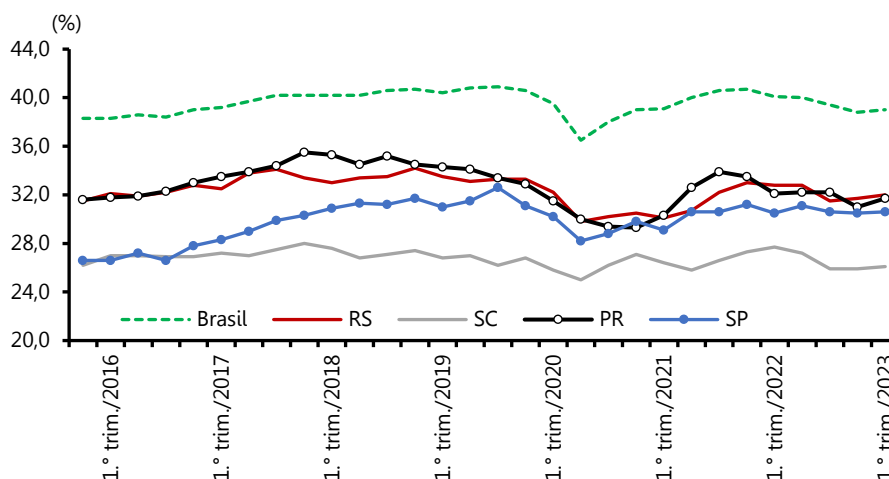
Gráfico 5 - Variações interanuais do contingente de ocupados, de acordo com as suas macrorregiões, no Brasil e nas unidades da Federação — 1.º trim./2022 e 1.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

No que se refere às modalidades de inserção na estrutura ocupacional, a taxa de informalidade (TI)⁴, no primeiro trimestre de 2023, na margem, permaneceu estável no RS (32,0%), assim como em SC (26,1%), no PR (31,7%), em SP (30,6%) e no País (39,0%) (**Gráfico 6**). Na referência comparativa interanual, o indicador manteve-se estável no RS, no PR e em SP, enquanto, em SC e no País, sofreu retrações de 1,6 ponto percentual e de 1,1 ponto percentual respectivamente. Com base nas evidências contidas no Gráfico 6, a percepção geral é a de que a TI, após ter passado por um processo de sucessivas variações positivas ao longo de 2021, aproximando-se dos níveis anteriores ao da pandemia de COVID-19, em 2019, tem-se mantido, desde 2022, relativamente estável.

Gráfico 6 - Taxa de informalidade no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 4.º trim./2015-1.º trim./2023



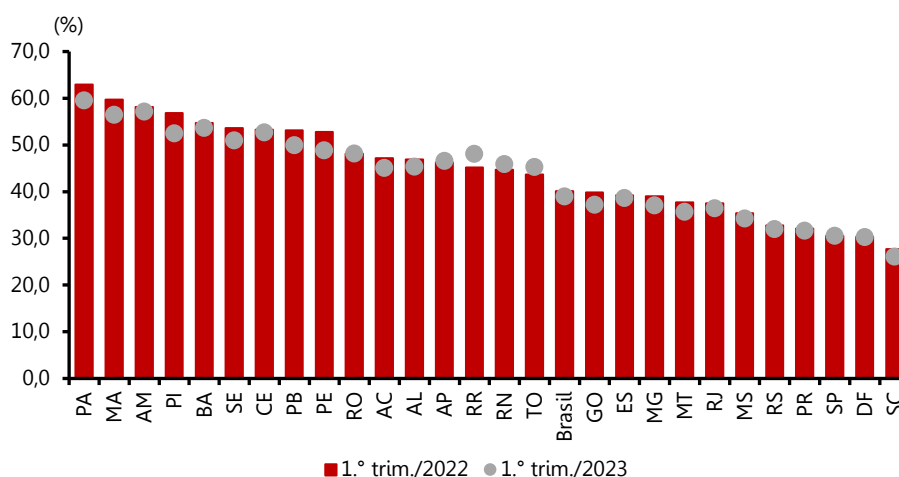
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Nota: A taxa de informalidade está disponível a partir do 4.º trim./2015.

⁴ De acordo com a delimitação adotada pelo IBGE, são considerados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares. A **taxa de informalidade** é obtida pela soma dessas categorias, a qual é dividida pelo contingente total de ocupados.

Em termos comparativos interanuais, a situação relativa do RS diante de todas as UFs, quanto ao patamar da informalidade, manteve-se inalterada, uma vez que o Estado detinha, tanto no primeiro trimestre de 2022 quanto no primeiro trimestre de 2023, a quinta menor TI (**Gráfico 7**).

Gráfico 7 - Taxa de informalidade no Brasil e nas unidades da Federação — 1.º trim./2022 e 1.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

No que diz respeito ao contingente de trabalhadores informais, no primeiro trimestre de 2023, este se manteve, na margem, estável no RS (1.895 mil ocupados informais), assim como em SC, PR e SP, enquanto, no País, registrou uma variação negativa de 1,1% (**Tabela 3**). No cotejo entre o primeiro trimestre de 2023 e o primeiro trimestre de 2022, o contingente de ocupados informais também se manteve estável no RS e em todas as suas referências comparativas selecionadas.

Tabela 3 - Contingentes de ocupados informais no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	OCUPADOS INFORMAIS (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	1.º Trim./2022	4.º Trim./2022	1.º Trim./2023	1.º Trim./2023 4.º Trim./2022	1.º Trim./2023 1.º Trim./2022
Brasil	36.783	34.054	38.203	38.554	38.118	(1)-1,1	-0,2
RS	1.824	1.614	1.885	1.889	1.895	0,3	0,5
SC	949	939	1.053	1.032	1.015	-1,7	-3,7
PR	1.765	1.663	1.850	1.825	1.835	0,5	-0,8
SP	6.785	6.054	7.054	7.301	7.282	-0,3	3,2

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Nota: São considerados ocupados informais os empregados sem carteira de trabalho assinada no setor privado; os trabalhadores domésticos sem carteira de trabalho assinada; os empregadores sem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); os trabalhadores por conta própria sem CNPJ; e os trabalhadores familiares auxiliares.

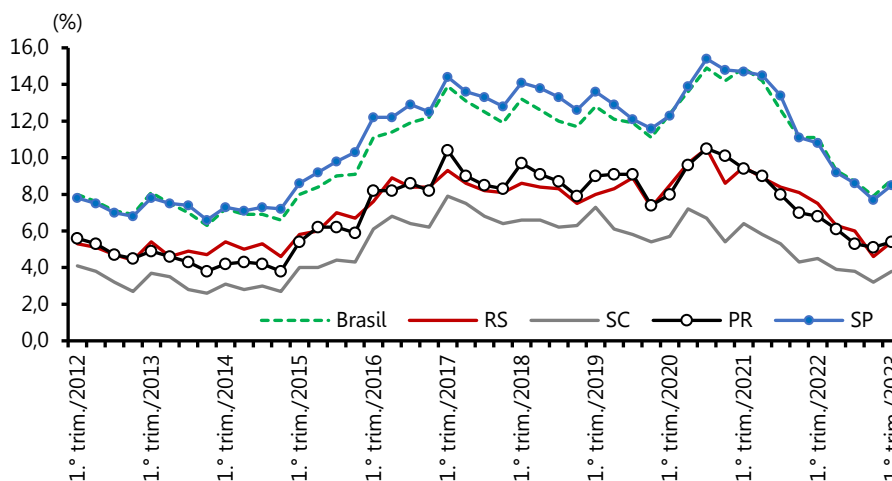
(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.3 SUBUTILIZAÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A taxa de desocupação (TD), após ter atingido, no RS, o maior nível da série temporal da PNAD Contínua no terceiro trimestre de 2020, durante o momento mais adverso da pandemia de COVID-19 para o mercado de trabalho, ingressou em uma trajetória clara de redução, que se estendeu até o quarto trimestre de 2022. No primeiro trimestre de 2023, frente ao trimestre imediatamente anterior, a TD registrou aumento no RS (de 4,6% para 5,4%), em SC (de 3,2% para 3,8%), em SP (de 7,7% para 8,5%) e no País (de 7,9% para 8,8%), enquanto, no PR, permaneceu estável (5,4%), uma vez que a sua oscilação não tem significância estatística (**Gráfico 8**). Esse é um comportamento típico do indicador no primeiro trimestre, uma vez que, por fatores sazonais, como o encerramento dos contratos temporários de trabalho realizados ao final do ano, a desocupação costuma aumentar: na série temporal

da PNAD Contínua, no RS, assim como no âmbito do País, tal fenômeno só não se verificou no primeiro trimestre de 2022. Quanto ao comportamento interanual da TD, este foi de redução generalizada: -2,1 pontos percentuais no RS, -0,7 ponto percentual em SC, -1,4 ponto percentual no PR e -2,3 pontos percentuais em SP e no plano nacional.

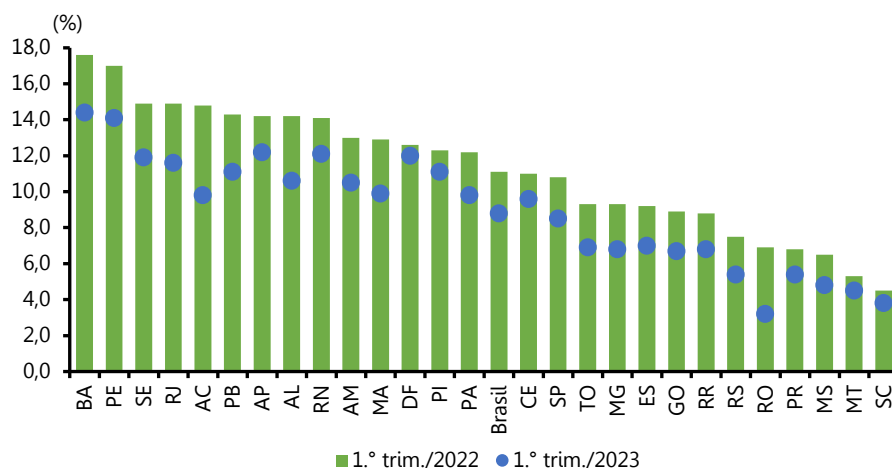
Gráfico 8 - Taxa de desocupação no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

No contexto geral das UFs, ocorreu uma leve melhora da posição do RS no que diz respeito à TD, já que o Estado detinha, no primeiro trimestre de 2022, o sexto menor nível do indicador, enquanto, no primeiro trimestre de 2023, compartilhava a quinta posição de menor TD com o Estado do PR (**Gráfico 9**).

Gráfico 9 - Taxa de desocupação no Brasil e nas unidades da Federação — 1.º trim./2022 e 1.º trim./2023



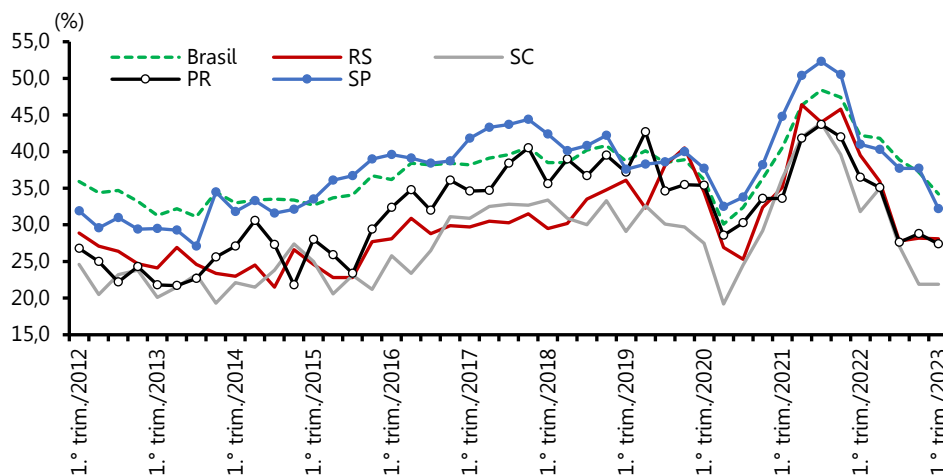
Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

A incidência da desocupação de longo prazo (IDL⁵) deteriorou-se muito no RS até o primeiro trimestre de 2021, enquanto, em SC, PR, SP e no País, tal processo se estendeu até o segundo trimestre desse mesmo ano (**Gráfico 10**). Posteriormente, identifica-se uma tendência de redução do indicador: no período recente, ao se comparar o primeiro trimestre de 2022 com o primeiro trimestre de 2023, a IDLP passou de 39,5% para 28,1% no RS; de 31,8% para 21,9% em SC; de 36,5% para 27,4% no PR; de 41,0% para 32,2% em SP; e de 42,2% para 34,2% no âmbito do País. Por um lado, essas evidências relativas à queda da IDLP sinalizam uma melhora da situação daqueles que procuram trabalho; por outro, como o tempo máximo de cobertura do seguro-desemprego para um trabalha-

⁵ De acordo com a Organização Internacional do Trabalho, a IDLP corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados (ILO, 2016).

dor que tenha tido acesso a essa política pública é o de cinco meses, parcela considerável deles ainda deve conviver com muita adversidade no mercado de trabalho.

Gráfico 10 - Incidência da desocupação de longo prazo no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023, 2023b).

Nota: 1. Elaborado com os dados da Pesquisa.

2. A incidência da desocupação de longo prazo corresponde à parcela relativa de desocupados com tempo de procura por trabalho igual ou superior a um ano no total de desocupados.

No que diz respeito ao número absoluto de desocupados, no primeiro trimestre de 2023, este teve uma evolução negativa na margem, com aumento de 16,4% no RS, tendo passado de 289 mil para 337 mil desocupados; de 16,5% em SC; de 10,8% em SP; de 10,0% no País; e, no PR, permaneceu estável (**Tabela 4**). Já na referência comparativa interanual, a evolução do número absoluto de desocupados é claramente favorável: redução de 27,3% no RS, de 14,7% em SC, de 22,2% no PR, de 21,3% em SP e de 21,1% no País. Estendendo-se o horizonte temporal até o primeiro trimestre de 2020, na Tabela 4, constata-se que, no primeiro trimestre de 2023, assim como no de 2022, o número absoluto de desocupados passou a ser bastante inferior, tanto no RS quanto nas suas referências comparativas, o que revela que o acréscimo verificado nesse contingente durante o pior momento da pandemia de COVID-10 para o mercado de trabalho, no segundo e no terceiro trimestre de 2020, não mais ocorria.

Tabela 4 - Contingentes de desocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	DESOCUPADOS (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	1.º Trim./2022	4.º Trim./2022	1.º Trim./2023	1.º Trim./2023 4.º Trim./2022	1.º Trim./2023 1.º Trim./2022
	Brasil	13.148	15.257	11.949	8.572	9.432	(1)10,0
RS	529	566	463	289	337	(1)16,4	(1)-27,3
SC	223	241	181	133	155	(1)16,5	(1)-14,7
PR	487	571	424	318	330	3,5	(1)-22,2
SP	3.151	3.579	2.795	1.986	2.200	(1)10,8	(1)-21,3

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

A medida mais ampla de subutilização da FT, a taxa composta de subutilização da FT (TCSFT)⁶, na comparação do primeiro trimestre de 2023 com o quarto trimestre de 2022, permaneceu estável no RS (11,5%), em SC (6,4%), no PR (12,0%) e em SP (15,4%), enquanto, no País, se elevou (de 18,5% para 18,9%) (**Gráfico 11**). Quando se coteja esse indicador com o do primeiro trimestre de 2022, as evidências são no sentido da sua queda generalizada: -4,5 pontos percentuais no RS, -1,9 ponto percentual em SC, -2,0 pontos percentuais no PR, -3,7 pontos per-

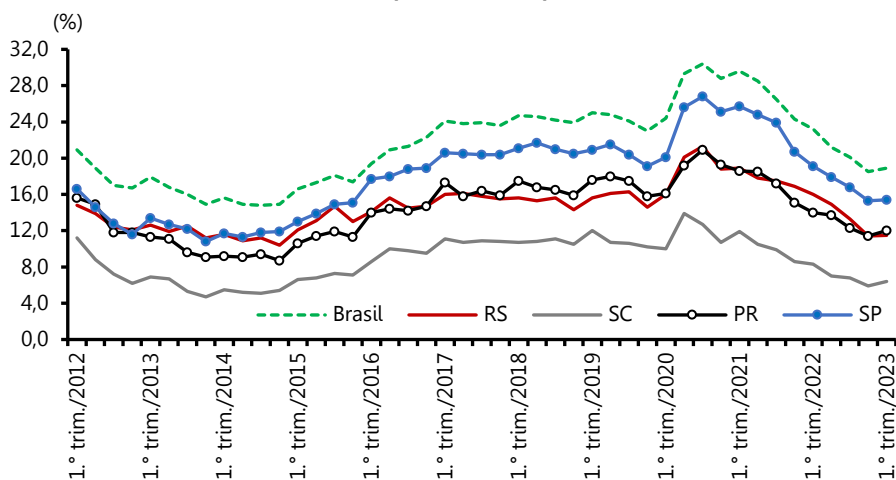
⁶ A taxa composta de subutilização da força de trabalho (TCSFT) é assim obtida (OIT, 2013):

TCSFT = [(Subocupados por insuficiência de horas trabalhadas + Desocupados + FT potencial)/FT ampliada] x 100.

A FT ampliada corresponde à soma da FT com a FT potencial.

tuais em SP e -4,3 pontos percentuais no plano nacional. Constata-se, ainda, que a TCSFT está, no primeiro trimestre de 2023, tanto no RS quanto nas suas referências comparativas, em níveis bastante inferiores aos verificados durante a pandemia de COVID-19, seja no primeiro trimestre de 2020, seja no de 2021. No caso do RS, a TCSFT do primeiro trimestre de 2023 é a menor para este mesmo trimestre em toda a série temporal da PNAD Contínua.

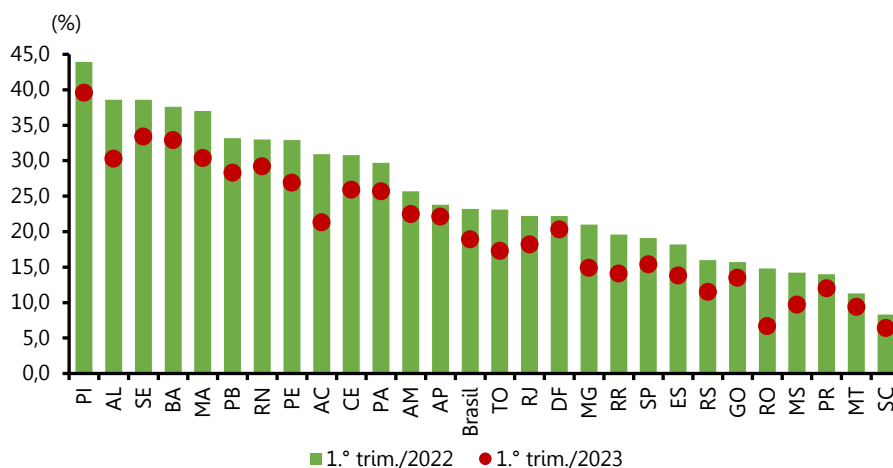
Gráfico 11 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

No quadro geral das UFs, constata-se que a posição do RS, quanto ao nível da TCSFT, na comparação do primeiro trimestre de 2022 com o primeiro trimestre de 2023, apresentou uma melhora, tendo passado do sétimo para o quinto menor patamar do indicador (**Gráfico 12**).

Gráfico 12 - Taxa composta de subutilização da força de trabalho (SFT) no Brasil e nas unidades da Federação — 1.º trim./2022 e 1.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

O contingente de pessoas que é medido pela TCSFT ficou, no primeiro trimestre de 2023, na margem, estável no RS (743 mil pessoas), assim como nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País, uma vez que as suas oscilações não têm significância estatística (**Tabela 5**). Por sua vez, na referência comparativa interanual, ocorreu retração generalizada do contingente de pessoas medido pela TCSFT: -28,3%, ou menos 293 mil pessoas, no RS; -22,1% em SC; -16,1% no PR, -19,3% em SP; e -19,5% no País. Pode-se também constatar, por meio da Tabela 5, que, seja no RS, seja nas suas referências comparativas, os contingentes de pessoas nela mensurados se situavam, no primeiro trimestre de 2023, em níveis muitos inferiores ao do primeiro trimestre de 2020, ou seja, se encami-

nharam para patamares menores que os que antecederam os efeitos da pandemia de COVID-19 sobre o mercado de trabalho.

Tabela 5 - Soma dos contingentes de subocupados por insuficiência de horas trabalhadas, de desocupados e da força de trabalho potencial no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	CONTINGENTES (1.000 pessoas)					VARIÇÃO %	
	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	1.º Trim./2022	4.º Trim./2022	1.º Trim./2023	1.º Trim./2023	1.º Trim./2023
						4.º Trim./2022	1.º Trim./2022
Brasil	27.992	33.655	26.812	21.305	21.575	1,3	(1)-19,5
RS	1.022	1.185	1.036	742	743	0,1	(1)-28,3
SC	398	468	338	247	263	6,6	(1)-22,1
PR	1.024	1.183	903	733	757	3,3	(1)-16,1
SP	5.378	6.753	5.147	4.139	4.152	0,3	(1)-19,3

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

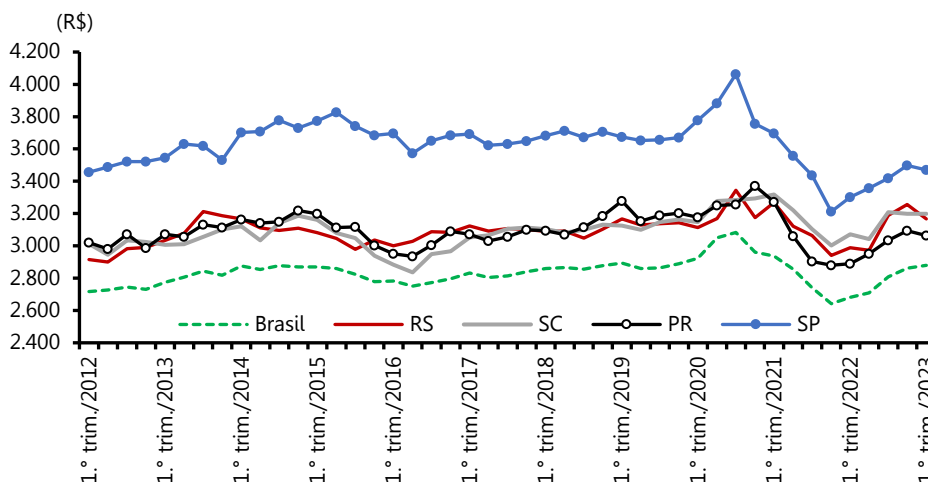
1.4 RENDIMENTOS DOS OCUPADOS

O rendimento médio real habitual dos ocupados no RS evidenciou um processo de queda ao longo de 2021, o qual foi coetâneo à aceleração inflacionária, uma vez que o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) atingiu, neste ano, 10,6%, contra 4,52% em 2020 (IBGE, 2023a). Durante 2022, o rendimento médio real habitual recuperou-se, tendo contribuído para tanto, por um lado, a queda da inflação — o IPCA situou-se em 5,79% —; por outro, sugere-se, também contribuiu o processo de redução gradual da taxa de informalidade, que passou, no RS, de 33,0% no quarto trimestre de 2021 para 31,7% no quarto trimestre de 2022; assim, ocorreu uma retração do peso relativo na ocupação total de um segmento cujos rendimentos são mais baixos, o que induz um efeito de composição sobre os rendimentos médios, no sentido de aumentá-los.

No primeiro trimestre de 2023, frente ao trimestre imediatamente anterior, o rendimento médio real habitual dos ocupados, no RS, registrou uma variação negativa de 2,8%, tendo passado de R\$ 3.257 para R\$ 3.167, enquanto, nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País, permaneceu estável — as suas oscilações não têm significância estatística (**Gráfico 13**). Na referência comparativa interanual, esse indicador evidenciou variações positivas no RS (6,0%), assim como em SC (4,1%), no PR (6,1%), em SP (5,1%) e no País (7,4%). Estendendo-se as comparações para um período que antecede ao da pandemia de COVID-19 — o primeiro trimestre de 2019 —, constata-se que o rendimento médio real habitual estava, no primeiro trimestre de 2023, no RS, no mesmo patamar; em SC, em nível superior; e, no PR, em SP e no País, abaixo do registrado nesse trimestre de 2019.

Reconhece-se que o rendimento efetivo é mais sujeito à sazonalidade e aos choques de curto prazo sobre o mercado de trabalho (CARVALHO, 2021). Esse indicador, como proporção do rendimento médio real habitual, havia sofrido uma retração muito intensa no pior momento da pandemia de COVID-19 para a economia, no segundo trimestre de 2020. Após, a proporção rendimento efetivo/habitual recuperou-se, particularmente em 2022. No primeiro trimestre de 2023, ela se situava, no RS, em 109,9%, 0,9 ponto percentual abaixo daquela do mesmo trimestre de 2022; em SC, no PR, em SP e no País, encontrava-se em nível muito próximo, na mesma referência comparativa (**Gráfico 14**). Já no cotejo com o primeiro trimestre de 2019 — ou seja, com um período anterior ao da pandemia de COVID-19 —, a proporção rendimento médio real efetivo/habitual estava, no primeiro trimestre de 2023, no RS, 1,1 ponto percentual inferior; em SC, 0,8 ponto percentual; no PR, 0,3 ponto percentual; e, em SP, 1,2 ponto percentual; e, no País, 0,9 ponto percentual.

Gráfico 13 - Rendimento médio real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2012-1.º trim./2023

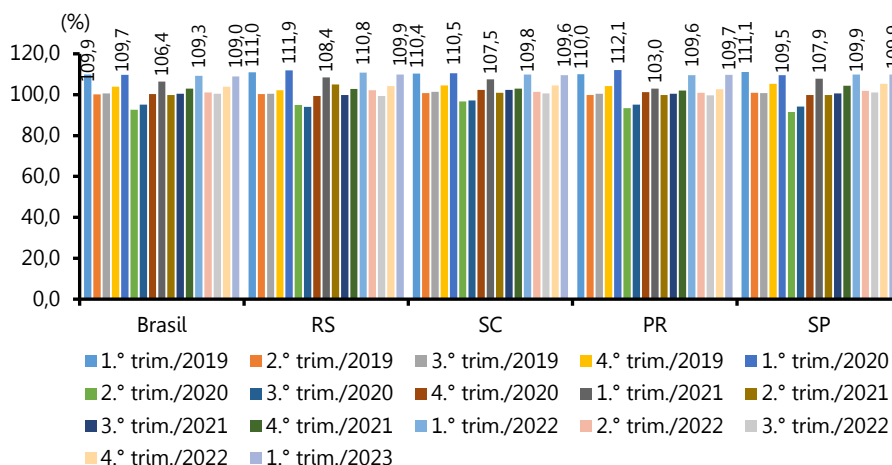


Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Nota: 1. Rendimento médio real habitual de todos os trabalhos.

2. Rendimento deflacionado para a média mensal dos preços do 1.º trim./2023.

Gráfico 14 - Rendimento médio real efetivo como proporção do habitual no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — 1.º trim./2019-1.º trim./2023



Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Nota: Rendimento médio real de todos os trabalhos dos ocupados.

A massa de rendimento real habitual dos ocupados, no RS, no primeiro trimestre de 2023, interrompeu a sequência de quatro variações positivas entre trimestres consecutivos verificadas em 2022. Nesse sentido, no primeiro trimestre de 2023, na margem, o indicador sofreu uma retração de 3,2% (**Tabela 5**), que foi causada pela queda do rendimento médio real habitual, uma vez que o contingente de ocupados permaneceu estável. Nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País, na mesma referência comparativa, a massa de rendimento real habitual ficou estável. Quanto à comparação interanual, o indicador evidenciou desempenho favorável, com variações positivas de 9,4% no RS, 6,6% em SC, 7,2% no PR, 8,3% em SP e 10,8% no âmbito nacional. Para tanto, contribuíram os comportamentos positivos do contingente de ocupados — à exceção do PR — e, principalmente, do rendimento médio real habitual.

Tabela 6 - Massa de rendimento real habitual dos ocupados no Brasil, no Rio Grande do Sul, em Santa Catarina, no Paraná e em São Paulo — trimestres selecionados

DISCRI- MINA- ÇÃO	VALOR (R\$ milhões)					VARIÇÃO %	
	1.º Trim./2020	1.º Trim./2021	1.º Trim./2022	4.º Trim./2022	1.º Trim./2023	1.º Trim./2023	1.º Trim./2022
						4.º Trim./2022	1.º Trim./2022
Brasil	266.358	249.772	250.187	279.477	277.194	-0,8	(1)10,8
RS	17.178	16.943	16.607	18.779	18.171	(1)-3,2	(1) 9,4
SC	11.342	11.499	11.534	12.547	12.290	-2,0	(1) 6,6
PR	17.448	17.482	16.324	17.886	17.495	-2,2	(1) 7,2
SP	84.366	76.199	75.698	83.151	81.993	-1,4	(1) 8,3

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023b).

Nota: 1. Massa de rendimento real habitual de todos os trabalhos dos ocupados.

2. Massa de rendimento deflacionada para a média mensal dos preços do 1.º trim./2023.

(1) Significância estatística com 95,0% de confiança.

1.5 SÍNTESE DAS EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS

De acordo com o que foi mostrado nesta seção, no primeiro trimestre de 2023, a taxa de participação na força de trabalho, no RS, ficou estável tanto na margem quanto em termos interanuais. Na última referência comparativa, o indicador também se manteve estável em SC e em SP, enquanto, no PR e no País, registrou queda. O RS, em relação aos demais estados da macrorregião Sul, SP e o País, foi o único que, no primeiro trimestre de 2023, tinha uma taxa de participação na força de trabalho levemente superior à do primeiro trimestre de 2019, portanto, à do período anterior ao do início da pandemia de COVID-19.

Quanto ao nível de ocupação, as evidências foram de que este, no primeiro trimestre de 2023, no RS, se manteve estável frente ao quarto trimestre de 2022, enquanto, em termos interanuais, registrou variação positiva. Esse desempenho positivo em bases interanuais foi compartilhado somente com SP e o País, uma vez que, em SC e no PR, o indicador ficou estável. Assinalou-se ainda que, quando medida em pontos percentuais, a variação interanual do nível de ocupação do RS foi superior à de SP e do País.

No que diz respeito às modalidades de inserção na estrutura ocupacional, as evidências foram de que, no primeiro trimestre de 2023, no RS, assim como no PR e em SP, a taxa de informalidade, tanto na margem quanto em termos interanuais, permaneceu estável. Nesta última referência comparativa, em SC e no País, o indicador registrou queda.

Conforme foi mostrado nesta seção, a taxa de desocupação, no cotejo do primeiro trimestre de 2023 com o quarto trimestre de 2022, evidenciou aumento no RS, assim como em SC, em SP e no País, o que se constitui, por fatores sazonais, em um comportamento esperado do indicador. Em bases interanuais, a taxa de desocupação teve queda tanto no RS quanto nas suas referências comparativas selecionadas.

No RS, assim como em SC, no PR e em SP, a taxa composta de subutilização da força de trabalho, no primeiro trimestre de 2023, na margem, ficou estável, enquanto, no País, registrou elevação. No Estado e nas suas referências comparativas selecionadas, em bases interanuais, o indicador evidenciou queda. Destacou-se que a taxa composta de subutilização da força de trabalho no primeiro trimestre de 2023, no RS, de 11,5%, na comparação com o mesmo trimestre de todos os anos da série temporal da PNAD Contínua, foi a de menor nível.

As evidências apresentadas nesta seção foram de que o rendimento médio real habitual dos ocupados, no primeiro trimestre de 2023, frente ao trimestre imediatamente anterior, registrou queda no RS, enquanto, em SC, no PR, em SP e no País, permaneceu estável. Na referência comparativa interanual, o indicador evidenciou variações positivas no Estado, assim como em SC, no PR, em SP e no País. Nos casos do RS e de SC, o rendimento médio real habitual, no primeiro trimestre de 2023, situava-se em um nível igual (RS) ou superior (SC) ao verificado no primeiro trimestre de 2019, ou seja, ao de um período que antecede à pandemia de COVID-19.

Ainda no âmbito dos rendimentos, a massa de rendimento real dos ocupados, no primeiro trimestre de 2023, registrou, na margem, retração no RS, enquanto, nos demais estados da macrorregião Sul, em SP e no País, ficou estável. Em termos interanuais, a massa de rendimento real habitual teve variações positivas no RS e em

todas as suas referências comparativas. Para esse desempenho positivo, contribuiu tanto o aumento do contingente de ocupados — excetuando-se o PR — quanto o do rendimento médio real habitual.

Box A

Evolução recente de indicadores do mercado de trabalho, por características demográficas, no Rio Grande do Sul

Este *box* apresenta evidências sobre a evolução recente de alguns dos principais indicadores do mercado de trabalho do Rio Grande do Sul, de acordo com as características demográficas sexo, idade e cor ou raça.

No contexto da pandemia de COVID-19, no primeiro trimestre de 2021, a taxa de participação na força de trabalho (TPFT), frente ao mesmo trimestre do ano anterior, teve uma retração generalizada entre os diferentes grupos populacionais do Estado (**Tabela A**). No cotejo entre esses dois trimestres, a queda do indicador — quando medida em pontos percentuais —, foi mais intensa entre as mulheres (de 58,5% para 53,2%), os jovens de 15 a 29 anos (de 72,7% para 67,8%), os idosos de 60 a 65 anos (de 42,3% para 36,9%) e as pessoas brancas (65,8% para 61,8%). A maior retração da TPFT entre as mulheres deveu-se, provavelmente, ao fato de elas se verem ainda mais sobrecarregadas, em um contexto de suspensão de atividades escolares presenciais, com os cuidados de crianças e adolescentes, limitando a sua participação na força de trabalho; entre os jovens, por serem mais afetados pelos movimentos conjunturais da atividade econômica; entre os idosos, por se constituírem em um grupo de risco durante a pandemia de COVID-19; e, entre as pessoas brancas, conjectura-se que, por terem um nível de renda relativamente maior, isto tenha permitido a elas condições para maior afastamento do mercado de trabalho. No primeiro trimestre de 2023, para todos os recortes demográficos, a TPFT havia-se recuperado para os níveis anteriores ao do início da pandemia de COVID-19, sendo a única exceção o grupo das pessoas brancas.

Quanto ao nível de ocupação (NO), pode-se constatar, por meio das evidências contidas na Tabela A, que o indicador registrou, no primeiro trimestre de 2021, uma queda interanual generalizada entre todos os grupos populacionais. Também nesse caso, as retrações mais intensas do NO foram entre as mulheres (de 52,3% no primeiro trimestre de 2020 para 47,3% no primeiro trimestre de 2021), os jovens (de 61,1% para 55,6%), os idosos (de 41,0% para 35,9%) e as pessoas brancas (de 61,0% para 56,3%). Conforme se percebe, no primeiro trimestre de 2023, o NO havia-se recuperado plenamente, em todos os grupos populacionais, tendo até mesmo atingido patamares superiores aos anteriores à emergência sanitária. Cabe destacar que, no recorte demográfico por cor ou raça, no primeiro trimestre de 2023, o NO das pessoas pretas ou pardas situava-se acima do das brancas, o que não se verificava no primeiro trimestre de 2019.

No que diz respeito à taxa de desocupação (TD), esta se elevou, no primeiro trimestre de 2021, em termos interanuais, para todos os recortes demográficos, com a exceção do grupo populacional das pessoas pretas ou pardas (Tabela A). Os maiores aumentos do indicador ocorreram entre os homens (de 6,8% no primeiro trimestre de 2020 para 8,5% no primeiro trimestre de 2021), os jovens (de 16,0% para 18,0%) e as pessoas brancas (de 7,3% para 8,9%). Nessa mesma referência comparativa, entre as pessoas pretas ou pardas, ocorreu queda da TD, de 13,4% para 12,7%. O comportamento do indicador, para esse grupo populacional, foi determinado pelo fato de que o seu NO se retraiu menos (1,3 ponto percentual) do que a TPFT (2,1 pontos percentuais). No primeiro trimestre de 2023, em todos os recortes demográficos, a TD situava-se em níveis inferiores ao do período anterior à pandemia de COVID-19. Cabe destacar que o indicador atingiu níveis bastante baixos entre os homens (4,3%), os adultos de 45 a 59 anos (2,9%) e as pessoas brancas (4,9%).

Tabela A - Taxa de participação na força de trabalho, nível de ocupação e taxa de desocupação, total e por características demográficas, no Rio Grande do Sul — trimestres selecionados

DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE PARTICIPAÇÃO NA FORÇA DE TRABALHO (%)				
	1.º		1.º		1.º
	Trím./2019	Trím./2020	Trím./2021	Trím./2022	Trím./2023
Total	65,7	66,0	62,3	65,0	65,9
Sexo					
Homens	74,4	73,7	72,0	73,9	74,3
Mulheres	57,6	58,5	53,2	56,7	57,8
Idade					
De 15 a 29 anos	72,5	72,7	67,8	71,9	72,8
De 30 a 44 anos	87,3	88,0	85,5	88,2	88,2
De 45 a 59 anos	73,1	73,5	72,8	74,1	75,5
De 60 a 65 anos	42,0	42,3	36,9	40,9	44,7
Cor ou raça					
Brancas	65,5	65,8	61,8	65,0	65,3
Pretas ou pardas	66,2	66,7	64,6	65,3	67,9
DISCRIMINAÇÃO	NÍVEL DE OCUPAÇÃO (%)				
	1.º		1.º		1.º
	Trím./2019	Trím./2020	Trím./2021	Trím./2022	Trím./2023
Total	60,4	60,3	56,4	60,2	62,3
Sexo					
Homens	69,7	68,7	65,9	69,7	71,1
Mulheres	51,8	52,3	47,3	51,2	54,0
Idade					
De 15 a 29 anos	61,2	61,1	55,6	62,2	65,2
De 30 a 44 anos	82,6	82,3	79,3	82,6	84,8
De 45 a 59 anos	70,2	70,2	68,4	71,0	73,3
De 60 a 65 anos	40,5	41,0	35,9	39,6	43,4
Cor ou raça					
Brancas	60,9	61,0	56,3	60,6	62,1
Pretas ou pardas	58,3	57,7	56,4	58,6	63,1
DISCRIMINAÇÃO	TAXA DE DESOCUPAÇÃO (%)				
	1.º		1.º		1.º
	Trím./2019	Trím./2020	Trím./2021	Trím./2022	Trím./2023
Total	8,0	8,5	9,5	7,5	5,4
Sexo					
Homens	6,3	6,8	8,5	5,6	4,3
Mulheres	10,1	10,6	10,9	9,7	6,6
Idade					
De 15 a 29 anos	15,6	16,0	18,0	13,5	10,5
De 30 a 44 anos	5,4	6,4	7,2	6,3	4,0
De 45 a 59 anos	4,0	4,6	6,1	4,3	2,9
De 60 a 65 anos	3,6	3,2	-	3,1	2,9
Cor ou raça					
Brancas	7,1	7,3	8,9	6,8	4,9
Pretas ou pardas	11,9	13,4	12,7	10,3	7,1

Fonte: PNAD Contínua (IBGE, 2023; 2023b).

Nota: 1. Indicadores por idade (2019 a 2023), por sexo e cor ou raça (2021 e 2022), elaboração com os microdados da Pesquisa.

2. Não se está divulgando a taxa de desocupação dos idosos de 60 a 65 anos, no primeiro trimestre de 2021, porque o seu coeficiente de variação é muito elevado (40,9%).

2 EMPREGO FORMAL: CONTRASTES NA TRAJETÓRIA DE EXPANSÃO

O conjunto de indivíduos formalmente empregados constitui o segmento mais estruturado e institucionalmente resguardado do mercado de trabalho, ao qual esta seção se atém, valendo-se das estatísticas coligidas e divulgadas pelo Ministério do Trabalho e Emprego. A principal fonte aqui utilizada é o Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged), cuja série se iniciou em janeiro de 2020 (em substituição à versão anterior do Cadastro, tendo havido ruptura na compatibilidade) e registra todas as movimentações (admissões e desligamentos) de trabalhadores com vínculos formais. Sua periodicidade é mensal e sua tempestividade é notável: os dados referentes a um determinado mês costumam ser divulgados ao final do mês seguinte. Recorre-se, acessoriamente, a informações da Relação Anual de Informações Sociais, igualmente produzida pelo Ministério do Trabalho, que abarca todo o conjunto de empregados formais, não apenas aqueles que passaram por movimentação no período, e é estatisticamente mais robusta. Uma vez que a última RAIS se refere ao final de 2021 e tendo em vista que ela tem diferenças metodológicas, na comparação com o Novo Caged, o recurso a ela tem apenas um caráter de referência indireta.

Analisam-se, a seguir, os principais indicadores fornecidos pelo Novo Caged, enfatizando-se os resultados apurados para o Rio Grande do Sul e comparando períodos de 12 meses — para evitar distorções associadas à sazonalidade —, compostos de modo a se encerrarem no último dado disponível, referente a abril último.

Inicialmente, examina-se a evolução recente do emprego formal total, no agregado do País, no RS e nas demais UFs; em seguida, comparam-se os resultados dos diferentes setores de atividade no Estado. Na terceira subseção, analisa-se a distribuição dos postos de trabalho adicionais gerados no mercado formal gaúcho por grupos de trabalhadores, segundo atributos pessoais (sexo, idade e escolaridade). Prossegue-se com uma comparação dos desempenhos do emprego nas nove Regiões Funcionais (RFs) em que se subdivide o território do Estado e, na sequência, examina-se a evolução dos salários médios reais de ingresso dos trabalhadores, cotejando-se os valores praticados segundo o sexo dos empregados e os setores de atividade. Na última subseção, abordam-se as taxas de rotatividade, de 2020 a 2022, em diferentes segmentos de atividade econômica, no Estado.

2.1 A VARIAÇÃO DO EMPREGO FORMAL TOTAL NO ESTADO E NO PAÍS

No período de 12 meses encerrado em abril último, o número de vínculos formais de trabalho no Brasil elevou-se em 4,6%, com um adicional de 1,9 milhão de postos registrados (**Tabela 7**). Esse resultado foi bem menos expressivo do que o verificado nos 12 meses anteriores, quando a variação havia atingido 7,0%, agregando 2,7 milhões de empregos ao mercado formal do País. Essa desaceleração repetiu-se nas 27 UFs. Todas elas, de qualquer forma, computaram expansão, em ambos os intervalos de tempo. Entre abril de 2022 e abril de 2023, a dispersão dos resultados estaduais foi considerável, distribuindo-se entre um crescimento mínimo de 3,3% em Santa Catarina e um máximo de 10,6% em Roraima. Com os cinco melhores resultados relativos, encontram-se quatro UFs da Região Norte e uma da Região Nordeste. No outro extremo, os desempenhos mais modestos agrupam os três estados da Região Sul.

Com a segunda menor expansão entre as 27 UFs, o Rio Grande do Sul gerou, nos últimos 12 meses disponíveis, 91 mil postos formais adicionais, um crescimento percentual de 3,5%. No período anterior, entre abril de 2021 e o mesmo mês de 2022, o emprego havia aumentado 5,7% no Estado, com um aporte de 141 mil novos vínculos. O Paraná, por fim, teve a terceira menor expansão nos últimos 12 meses (3,8%).

Quando se acumula a variação do emprego formal nos três anos que é possível compor com a série do Novo Caged — tomando-se sempre os meses de abril de cada ano —, o Rio Grande do Sul encontra-se, novamente, na penúltima posição. Entre abril de 2020 e o mesmo mês do corrente ano, o mercado formal gaúcho expandiu-se 13,4%, superando apenas os 13,0% de Sergipe e pouco abaixo dos 13,7% do Rio de Janeiro. O agregado do Brasil registrou crescimento de 17,0% nesse período expandido, que tem como ponto inicial o mês em que a eclosão da pandemia de COVID-19 provocou a mais intensa retração mensal de toda a série — movimento que ainda se apro-

fundou nos dois meses seguintes, com perdas sucessivas de postos, porém menos abruptas. Esse fenômeno foi reconhecível nos diferentes estados, de modo generalizado.

Nesse período de três anos, mais uma vez, os destaques positivos localizaram-se na Região Norte, que ostentou as três mais elevadas expansões percentuais. Os outros estados da Região Sul, nesse caso, superaram o Rio Grande do Sul: o Paraná, com 16,1%, ficou com a quinta menor variação — acima da de São Paulo (14,6%) —, enquanto Santa Catarina atingiu 19,3%, resultado superior ao do agregado nacional e em posição intermediária no ordenamento das UFs.

Tabela 7- Estoques, saldos e variações do emprego formal no Brasil e nas unidades da Federação (UFs) — abr./2020-abr./2023

REGIÃO E UFs	ESTOQUE EM ABR/2023	ABR/2021- ABR/2022		ABR/2022- ABR/2023		ABR/2020- ABR/2023	
		Saldo	Variação %	Saldo	Variação %	Saldo	Variação %
BRASIL	43.150.134	2.707.604	7,0	1.905.435	4,6	6.263.009	17,0
Roraima	75.095	6.675	10,9	7.177	10,6	18.679	33,1
Alagoas	389.092	31.239	9,5	28.920	8,0	77.133	24,7
Tocantins	225.513	15.826	8,2	15.537	7,4	45.532	25,3
Acre	93.193	8.665	11,0	6.068	7,0	18.319	24,5
Mato Grosso do Sul	615.427	39.813	7,4	39.373	6,8	108.357	21,4
Maranhão	586.037	44.343	8,8	37.237	6,8	116.179	24,7
Mato Grosso	858.787	69.742	9,5	53.059	6,6	168.929	24,5
Amazonas	478.862	43.307	10,6	28.718	6,4	96.386	25,2
Goiás	1.427.095	110.527	9,0	84.498	6,3	266.939	23,0
Bahia	1.934.275	140.475	8,3	103.828	5,7	322.806	20,0
Rio de Janeiro	3.441.058	219.743	7,2	178.005	5,5	415.944	13,7
Rondônia	261.290	19.112	8,4	13.464	5,4	42.466	19,4
Ceará	1.252.216	84.238	7,6	64.253	5,4	202.312	19,3
Rio Grande do Norte	459.922	29.034	7,1	23.155	5,3	69.056	17,7
Espírito Santo	832.096	53.850	7,3	41.827	5,3	136.584	19,6
Distrito Federal	892.766	60.392	7,7	42.976	5,1	124.419	16,2
Piauí	319.085	18.784	6,6	15.007	4,9	44.669	16,3
Pernambuco	1.374.845	89.453	7,3	63.863	4,9	210.215	18,0
Sergipe	298.517	16.778	6,2	12.918	4,5	34.402	13,0
Amapá	77.318	8.022	12,1	3.249	4,4	14.854	23,8
Pará	865.184	61.511	8,0	35.696	4,3	158.480	22,4
Minas Gerais	4.563.427	278.031	6,8	186.394	4,3	678.985	17,5
São Paulo	13.279.217	773.126	6,5	526.838	4,1	1.691.523	14,6
Paraíba	444.671	35.775	9,1	17.072	4,0	72.393	19,4
Paraná	2.977.370	159.164	5,9	107.917	3,8	412.415	16,1
Rio Grande do Sul	2.708.588	141.305	5,7	90.990	3,5	320.232	13,4
Santa Catarina	2.399.273	144.507	6,6	75.899	3,3	388.437	19,3
Não identificado	19.915	4.167	29,2	1.497	8,1	6.364	47,0

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2023).

2.2 DESEMPENHO DO MERCADO FORMAL GAÚCHO SEGUNDO OS SETORES DE ATIVIDADE

O crescimento do número de vínculos formais de trabalho no Estado, entre abril de 2022 e o mesmo mês deste ano, verificou-se com intensidades diferentes nos setores de atividade. Tomando-se, primeiramente, a desagregação em cinco grandes grupamentos, constata-se que a maior variação percentual se registrou em serviços (4,1%), muito próxima da segunda mais expressiva, a da construção (4%). Comércio e agropecuária vêm a seguir, com resultados semelhantes entre si (3,7% e 3,6%) e não muito distantes dos setores que lideraram a expansão relativa. O setor que destoa, com um crescimento consideravelmente mais baixo, é a indústria, com elevação de 2,2% no emprego formal (**Tabela 8**).

A comparação das variações percentuais dos três últimos períodos anualizados (sempre recortados ao final de abril) mostra o primeiro ano da pandemia com um ordenamento dos resultados setoriais muito diferenciado dos que se seguiram nos dois intervalos sucessivos, o que parece expressar, ao menos parcialmente, uma reorgani-

zação das dinâmicas das atividades econômicas após aquela conjuntura fortemente atípica. Entre abril de 2020 e o mesmo mês de 2021, foi serviços o setor com o pior resultado (variação de 0,7%, frente aos 3,7% do emprego total), enquanto a indústria liderava a geração de vínculos formais, com 7,1% de expansão. No período seguinte, o setor serviços assumiu a primeira posição, crescendo 6,8%, bem mais do que os 5,7% do emprego total, enquanto a indústria ficou em uma posição intermediária entre os cinco setores e com elevação (5,1%) inferior à do agregado das atividades econômicas.

Tabela 8 - Estoques, saldos e variações do emprego formal, segundo o grupamento setorial, no Rio Grande do Sul — abr./2020-abr./2023

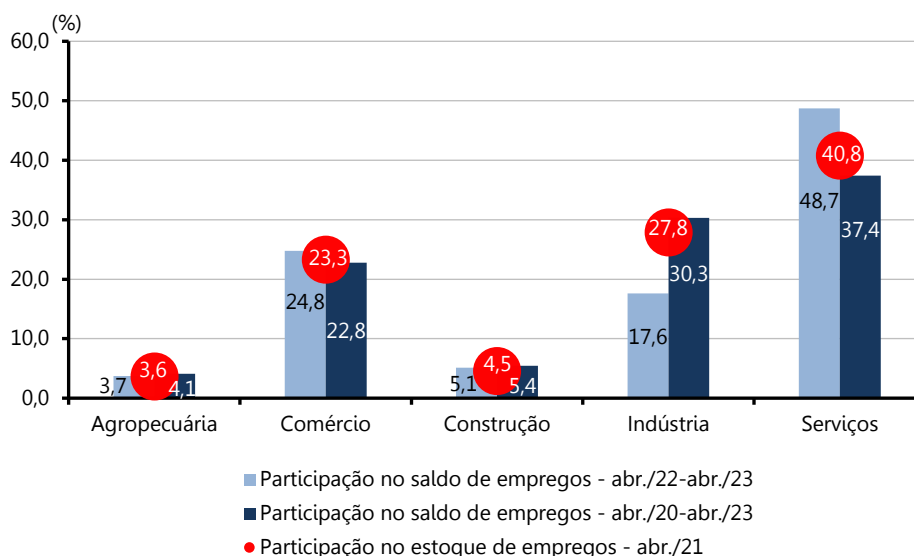
GRUPAMENTO	ESTOQUE				SALDO				VARIÇÃO % (abr.-abr.)			
	Abr./20	Abr./21	Abr./22	Abr./23	2020-21	2021-22	2022-23	Acumulado	2020-21	2021-22	2022-23	Acumulada
Agropecuária	84.088	89.485	93.754	97.139	5.397	4.269	3.385	13.051	6,4	4,8	3,6	15,5
Comércio	553.533	576.565	603.913	626.461	23.032	27.348	22.548	72.928	4,2	4,7	3,7	13,2
Construção	105.411	111.751	118.091	122.760	6.340	6.340	4.669	17.349	6,0	5,7	4,0	16,5
Indústria	643.419	689.398	724.458	740.498	45.979	35.060	16.040	97.079	7,1	5,1	2,2	15,1
Serviços	1.001.905	1.009.094	1.077.381	1.121.730	7.189	68.287	44.349	119.825	0,7	6,8	4,1	12,0
Total	2.388.356	2.476.293	2.617.597	2.708.588	87.937	141.304	90.991	320.232	3,7	5,7	3,5	13,4

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2023).

É importante ter-se presente que esses desempenhos relativos do emprego incidem sobre uma estrutura setorial do mercado formal de trabalho gaúcho em que os cinco grandes grupamentos têm dimensões muito heterogêneas. Isso condiciona a contribuição que cada setor aporta para a formação do saldo geral de empregos no Estado, considerando-se então os números absolutos de vínculos adicionais gerados no período.

O **Gráfico 15** permite visualizar a participação de cada um dos cinco setores na formação dos saldos, tanto dos últimos 12 meses quanto do acumulado entre abril de 2020 e o mesmo mês deste ano; ademais, apresenta, para permitir que se aquilatem devidamente esses resultados, a participação que essas atividades econômicas detinham no estoque de empregos do Estado, em um ponto intermediário (abril de 2021) dos 36 meses considerados. Pode-se, assim, visualizar que o setor que mais ocupa trabalhadores formais, serviços, respondeu por 48,7% dos postos gerados nos últimos 12 meses, participação mais do que proporcional aos 40,8% que detinha na estrutura setorial do mercado formal gaúcho em 2021; por outro lado, no acumulado de três anos, ainda mostra pequena perda de peso relativo, já que sua parcela no emprego adicional (37,4%) foi inferior ao seu tamanho na distribuição setorial.

Gráfico 15 - Participação dos setores de atividade na formação dos saldos (abr./20-abr./23) e no estoque de empregos formais (abr./21) no Rio Grande do Sul



Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2023).

A situação da indústria, nesse mesmo cotejo, é a inversa: nos 12 meses mais recentes, foi responsável por apenas 17,6% do emprego adicional gerado no Estado, participação mais de 10 pontos percentuais abaixo da que detinha na estrutura setorial do emprego (27,8%). No cômputo de abril de 2020 ao mesmo mês deste ano, entretanto, a indústria ainda marca um discreto avanço relativo, tendo gerado 30,3% dos novos vínculos formais. Os setores menos expressivos na distribuição do emprego total — agropecuária e, especialmente, construção — registram algum ganho de participação nos dois intervalos. O comércio, por fim, que está numa posição intermediária no ordenamento dos contingentes, contribuiu para a formação de saldos, nos dois períodos, em proporções bastante alinhadas com seu peso relativo na distribuição do emprego gaúcho.

Tendo em vista o desempenho negativamente diferenciado da indústria, em que pese à sua variação ter sido positiva nos 12 meses encerrados em abril último, examinam-se, a seguir, as variações do emprego nos segmentos da indústria de transformação (IT) gaúcha, tomando-se as 24 divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) 2.0 em que esta se subdivide⁷. No período, seis delas — vale dizer, uma quarta parte — passaram por redução de seu contingente. Juntos, esses segmentos eliminaram 1,8 mil postos, mas os demais expandiram-se garantindo um crescimento de 15 mil vínculos formais na IT do Estado.

A maior retração, em número de postos, ocorreu na fabricação de móveis (-631), enquanto a mais expressiva, do ponto de vista da variação relativa, foi registrada na divisão fabricação de produtos têxteis (-2,0%). Nesse grupo de seis segmentos em que o emprego diminuiu, também merece menção a preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados, por deter a segunda maior participação na estrutura do emprego da indústria de transformação do Estado, com 14,4% do total, em abril último. Nesse caso, a redução limitou-se a 0,4%, com uma perda de 445 postos nos 12 meses mais recentes.

No âmbito das atividades industriais com desempenhos positivamente destacáveis, as maiores elevações de contingente, em número de postos, verificaram-se na fabricação de produtos alimentícios — detentora da maior participação no emprego do setor, 20,7% em abril de 2023 —, que gerou 4,0 mil vínculos adicionais de trabalho formal, e na fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, que aportou 3,4 mil novos postos nos 12 meses mais recentes. Esse segmento — que corresponde quase integralmente à fabricação de embarcações, concentrada no Sul do Estado — é pequeno (0,8% da IT gaúcha, com 5,6 mil postos de estoque, em abril último) e, como tem sido destacado nos últimos números deste boletim, passou por uma drástica redução em período recente (BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL, 2022), tendo empreendido uma não menos acelerada recuperação a partir de 2022. Não é surpreendente que ele lidere o ordenamento das variações relativas, nesses últimos 12 meses, com nada menos que 155,5% de expansão. Seguem-se, por esse critério, a fabricação de produtos do fumo (7,4%) e a fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias (6,8%).

No acumulado dos 36 meses desde abril de 2020, o emprego da IT em seu conjunto cresceu 15,8%, e todas as divisões da IT gaúcha apresentaram elevação de seus contingentes, com percentuais que se distribuíram de um mínimo de 5,2%, no pequeno segmento de produtos farmoquímicos e farmacêuticos, até os extraordinários 250,3% da fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores. Afora esse resultado, que é um claro *outlier*, os três melhores desempenhos nesse período expandido verificaram-se em atividades claramente articuladas entre si: manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (40,5%); fabricação de máquinas e equipamentos (31,3%); e metalurgia (29,3%). Esses três segmentos tiveram, nos 12 meses mais recentes, resultados fracos, que incluíram uma contração (-1,1%, da metalurgia) e duas variações inferiores aos 2,2% (resultado setorial já negativamente diferenciado) da IT: 1,8% para a manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos e 1,1% para fabricação de máquinas e equipamentos.

⁷ No RS, a indústria de transformação respondia, em abril último, por 95,6% do emprego formal do grande grupamento indústria, o qual contempla ainda indústrias extrativas; eletricidade e gás; e água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação.

Tabela 9 - Estoque, participação, saldo e variação do emprego formal nas divisões da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0) integrantes da indústria de transformação no Rio Grande do Sul — abr./2020-abr./2023

DIVISÕES DA CNAE 2.0	ESTOQUE EM ABR/23	PARTICI- PAÇÃO %	SALDO		VARIACÃO %	
			Abr./23 Abr./22	Abr./23 Abr./20	Abr./23 Abr./22	Abr./23 Abr./20
Fabricação de produtos alimentícios	146.860	20,7	3.973	11.781	2,8	8,7
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	5.609	0,8	3.414	4.008	155,5	250,3
Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias	44.216	6,2	2.829	4.449	6,8	11,2
Fabricação de produtos de borracha e de material plástico	40.211	5,7	1.453	5.508	3,7	15,9
Fabricação de produtos do fumo	16.342	2,3	1.126	3.694	7,4	29,2
Fabricação de máquinas e equipamentos	74.682	10,5	840	17.792	1,1	31,3
Fabricação de produtos químicos	18.517	2,6	794	2.346	4,5	14,5
Fabricação de bebidas	10.587	1,5	484	1.412	4,8	15,4
Fabricação de produtos de metal, exceto máquinas e equipamen- tos	61.587	8,7	413	10.479	0,7	20,5
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	11.241	1,6	303	1.472	2,8	15,1
Fabricação de produtos diversos	16.196	2,3	246	1.777	1,5	12,3
Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos	13.819	2,0	242	3.982	1,8	40,5
Impressão e reprodução de gravações	6.087	0,9	208	412	3,5	7,3
Fabricação de produtos de minerais não metálicos	19.652	2,8	192	2.509	1,0	14,6
Fabricação de equipamentos de informática, produtos eletrônicos e ópticos	9.903	1,4	167	798	1,7	8,8
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis	2.407	0,3	137	187	6,0	8,4
Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	12.112	1,7	116	1.149	1,0	10,5
Fabricação de produtos farmoquímicos e farmacêuticos	2.008	0,3	15	99	0,8	5,2
Metalurgia	9.981	1,4	-108	2.264	-1,1	29,3
Confecção de artigos do vestuário e acessórios	20.243	2,9	-173	1.486	-0,8	7,9
Fabricação de produtos têxteis	9.105	1,3	-182	1.380	-2,0	17,9
Fabricação de produtos de madeira	16.613	2,3	-308	2.844	-1,8	20,7
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	102.295	14,4	-445	10.554	-0,4	11,5
Fabricação de móveis	37.752	5,3	-631	4.419	-1,6	13,3
Indústria de transformação	708.025	100,0	15.105	96.801	2,2	15,8

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2023).

2.3 A DISTRIBUIÇÃO DOS EMPREGOS ADICIONAIS ENTRE GRUPOS POPULACIONAIS

O saldo de 91 mil vínculos acrescentados ao estoque do mercado formal de trabalho gaúcho, nos últimos 12 meses, distribuiu-se com paridade quase absoluta entre os sexos: aos homens, tocaram 50,1% dos postos gerados; às mulheres, 49,9%. A participação feminina nessa expansão verificada entre abril de 2022 e abril último foi superior à verificada no universo de empregados formais, na RAIS de 2021, tomada aqui como parâmetro aproximativo, uma vez que o Novo Caged não oferece informações sobre os atributos do conjunto de empregados — somente sobre os admitidos e/ou desligados no período a que se refere (**Tabela 10**).

Quanto à idade dos trabalhadores e das trabalhadoras, adolescentes com até 17 anos, isto é, menores de idade, corresponderam a praticamente 30% do saldo de empregos gerado nos últimos 12 meses, conquistando 27 mil dos 91 vínculos adicionais. A faixa seguinte, dos jovens entre 18 e 24 anos, por sua vez, concentrou quase dois terços dos postos gerados no Rio Grande do Sul, no período. Dessa forma, nada menos do que 94,2% do acréscimo no contingente de empregados produziram-se na faixa de indivíduos com menos de 25 anos. Considere-se que, na estrutura do mercado apreendida pela RAIS ao final de 2021, esse conjunto de empregados formais limitava-se a 15,5% do total, o que, como referência indireta, sugere a dimensão do viés de preferência pelos mais jovens nas contratações recentes captadas pelo Novo Caged. No cômputo de admissões e desligamentos por faixa etária, o resultado é o oposto para os segmentos de trabalhadores com idades mais avançadas: apuraram-se saldos nega-

tivos para os segmentos de 50 a 64 anos (-8,3 mil) e de 65 anos ou mais (-3,6 mil), entre abril de 2022 e o mesmo mês deste ano, no Estado⁸.

Tabela 10 - Distribuição do saldo do emprego formal e participação no saldo de abr./2022-abr./2023 e participação no estoque de emprego formal em 31/dez./2021, segundo atributos selecionados dos trabalhadores, no Rio Grande do Sul

DISCRIMINAÇÃO	NOVO CAGED ABR/23 ABR/22		RAIS 2021 (31/DEZ)
	Saldo	Participação % no Saldo	Participação % no Estoque
Sexo (total)	90.990	100,0	100,0
Homens	45.604	50,1	53,2
Mulheres	45.386	49,9	46,8
Faixa etária (total)	90.990	100,0	100,0
Menos de 18 anos	27.113	29,8	1,3
De 18 a 24 anos	58.611	64,4	14,2
De 25 a 29 anos	8.107	8,9	13,3
De 30 a 39 anos	4.628	5,1	28,2
De 40 a 49 anos	4.504	4,9	23,4
De 50 a 64 anos	-8.336	-9,2	17,8
65 ou mais	-3.637	-4,0	1,7
Escolaridade (total)	90.990	100,0	100,0
Analfabeto	631	0,7	0,2
Fundamental incompleto	2.158	2,4	10,0
Fundamental completo	3.116	3,4	8,8
Médio incompleto	15.628	17,2	7,8
Médio completo	63.835	70,2	45,1
Superior incompleto	3.935	4,3	6,3
Superior completo	1.687	1,9	21,7

Fonte: Novo Caged (BRASIL, 2023).
RAIS (BRASIL, 2022).

Mantendo-se, também a esse respeito, a continuidade com as tendências que o Boletim vem detectando ao longo da série do Novo Caged, o saldo de empregos formais do mercado formal gaúcho, nos últimos 12 meses, concentrou-se no segmento de indivíduos que concluíram (70,2%), ou ao menos iniciaram (17,2%), o ensino médio. Essas duas faixas conjuntamente representaram, portanto, 87,4% dos postos adicionais, parcela muito superior aos 52,9% que apresentavam no universo de empregados formais gaúchos contabilizados na RAIS de 2021. O direcionamento para essa faixa intermediária de escolaridade opera em detrimento tanto dos menos escolarizados quanto, e sobretudo, dos trabalhadores com ensino superior incompleto e completo. Estes últimos, que, na RAIS de 2021, detinham 21,7% de participação, limitaram-se a 1,9% do saldo computado pelo Novo Caged entre abril de 2022 e o mesmo mês deste ano.

2.4 O DESEMPENHO DO EMPREGO NAS REGIÕES FUNCIONAIS DO RS

O crescimento do emprego formal, no acumulado dos últimos 12 meses disponíveis do Novo Caged, ocorreu em todas as Regiões Funcionais (RFs) do Estado, como vem verificando-se nas análises trimestrais desde o terceiro trimestre de 2020 — quando se iniciou a recuperação das intensas perdas associadas à eclosão da pandemia de COVID-19, no primeiro semestre daquele ano. A intensidade dessa expansão, por outro lado, é bastante diferenciada regionalmente, como se pode visualizar no **Mapa 1**⁽⁹⁾.

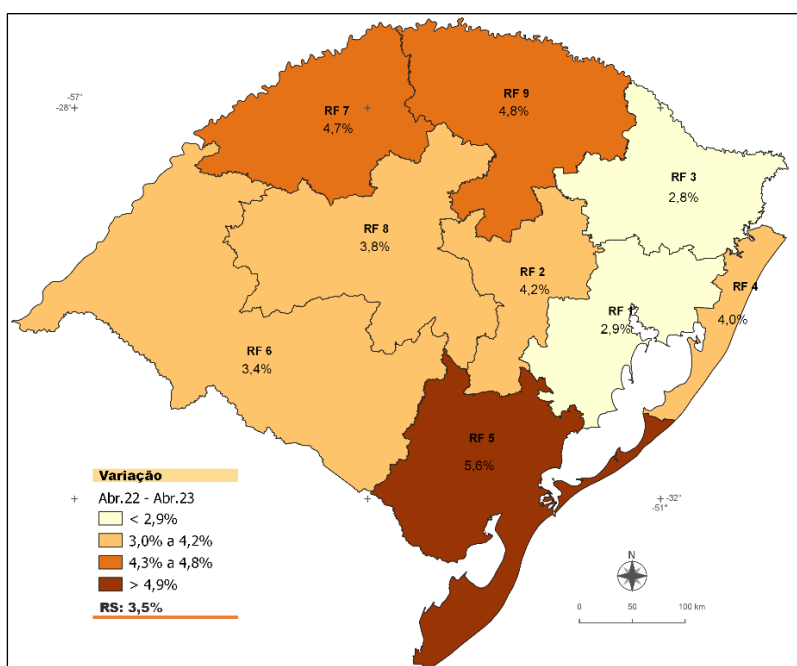
⁸ O Novo Caged registra admissões e desligamentos de empregados, informados pelos estabelecimentos. O avanço das idades dos indivíduos que permanecem empregados não é captado por ele. Esses dados, portanto, servem, sobretudo, como uma indicação de preferência nas contratações, não permitindo que se derivem conclusões sobre os **estoques** de trabalhadores em atividade. O mesmo vale para a escolaridade, que pode ser expandida pelos trabalhadores ao longo de um mesmo vínculo laboral, o que escapa aos registros do Novo Caged.

⁹ Agradece-se à Geógrafa Mariana Lisboa Pessoa pela elaboração deste mapa e pelo apoio cartográfico.

O melhor desempenho do emprego formal no período registrou-se na RF 5 (Sul), com variação de 5,6%; no extremo oposto, o percentual de variação foi precisamente a metade desse: 2,8%, na RF 3 (Serra). Muito próxima foi a expansão da RF1 (Metropolitana), com 2,9%.

O desempenho da RF5 tem sido fortemente impactado pelo excepcional crescimento, já referido, do segmento industrial de fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores, que se concentra na produção de embarcações, localizado quase integralmente em São José do Norte. Entre abril de 2022 e abril deste ano, nesse município da RF5, o estoque de vínculos formais na referida atividade industrial passou de 871 para 4.223, uma expansão de 3,4 mil postos, virtualmente idêntica aos 3,4 mil registrados por essa divisão CNAE 2.0 no conjunto do Estado, conforme anteriormente exposto. Quando se considera que o número total de postos de trabalho acrescido ao estoque da RF5 nos 12 meses analisados foi 7,4 mil, tem-se a dimensão do peso que essa conjuntura favorável à indústria naval teve para garantir a liderança da região no *ranking* do emprego estadual no período.

Mapa 1 - Variação do emprego formal nas Regiões Funcionais (RFs) do Rio Grande do Sul — abr./2022-abr./2023



Fonte dos dados brutos: Novo Caged (BRASIL, 2023).
Nota: Cartografia do Departamento de Economia e Estatística.

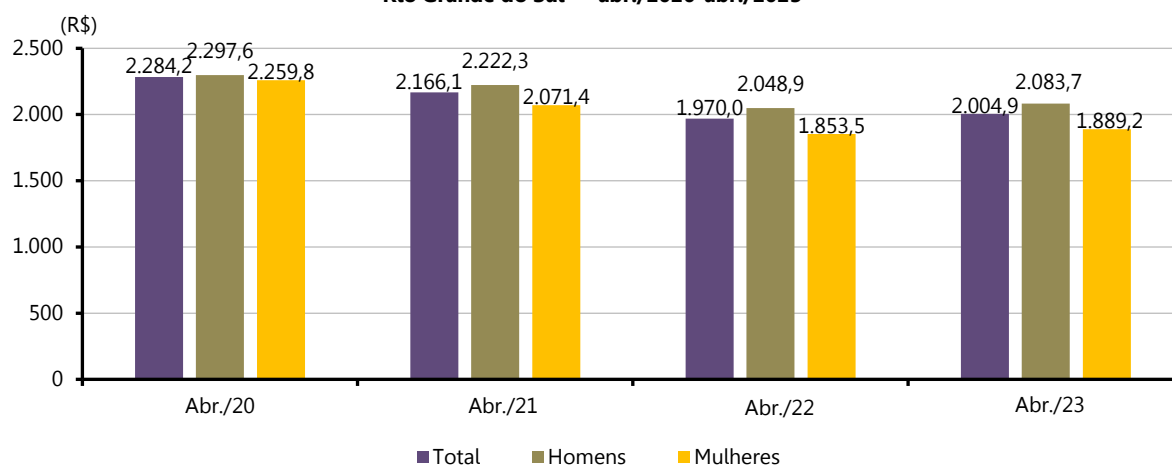
Quanto à região da Serra, como já se frisava no último número deste boletim, ela é, entre as nove RFs, aquela em que a indústria detém maior participação na estrutura do emprego formal. O escasso fôlego que esse setor demonstrou na conjuntura mais recente influenciou a posição da RF3 no ordenamento dos resultados regionais. A retração do emprego na indústria moveleira, que teve o pior resultado em números absolutos do setor industrial, conforme anteriormente referido, ilustra bem esse impacto, considerando-se que cerca de metade do emprego gaúcho nesse segmento localiza-se na Serra (BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL, 2023).

Quanto à RF1, seu dinamismo relativamente menor na geração de emprego configura-se como uma tendência de longo prazo na dinâmica regional. Mesmo com o desempenho favorável, no Estado, do setor serviços — que tem forte ponderação na estrutura ocupacional metropolitana —, nos últimos 12 meses, a região teve variação do emprego bastante próxima à da Serra, última colocada no ordenamento. A contração do emprego no segmento industrial coureiro-calçadista contribuiu para esse resultado.

2.5 SALÁRIOS MÉDIOS DE ADMISSÃO POR SEXO E SETOR DE ATIVIDADE

Em abril último, os salários médios reais de ingresso no mercado formal de trabalho gaúcho¹⁰, para o total dos trabalhadores e das trabalhadoras, registravam um crescimento de 1,8% na comparação com o mesmo mês de 2022. Entretanto, acumulavam-se ainda consideráveis defasagens relativamente ao mesmo mês de 2021 (-7,4%) e de 2020 (-12,2%). Na comparação entre os salários de homens e mulheres, os respectivos movimentos guardam diferenças relevantes: no intervalo mais recente, a força de trabalho feminina teve uma variação marginalmente superior à masculina (1,9% *versus* 1,7%). Quando se recua na série, no entanto, há clara desvantagem para as mulheres: no intervalo de dois anos, elas acumulam perda de 8,8%, enquanto os homens, de 6,2%; no cotejo com 2020, o salário médio de ingresso feminino perdia, em abril último, 16,4%, bem mais do que os 9,3% do contingente masculino.

Gráfico 16 - Salário médio real de admissão no mercado formal de trabalho, segundo o sexo e total, no Rio Grande do Sul — abr./2020-abr./2023



Fonte dos dados brutos: Microdados do Novo Caged (BRASIL, 2023).

Nota: 1. Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de março de 2023.

2. Elaborado pelo Departamento de Economia e Estatística.

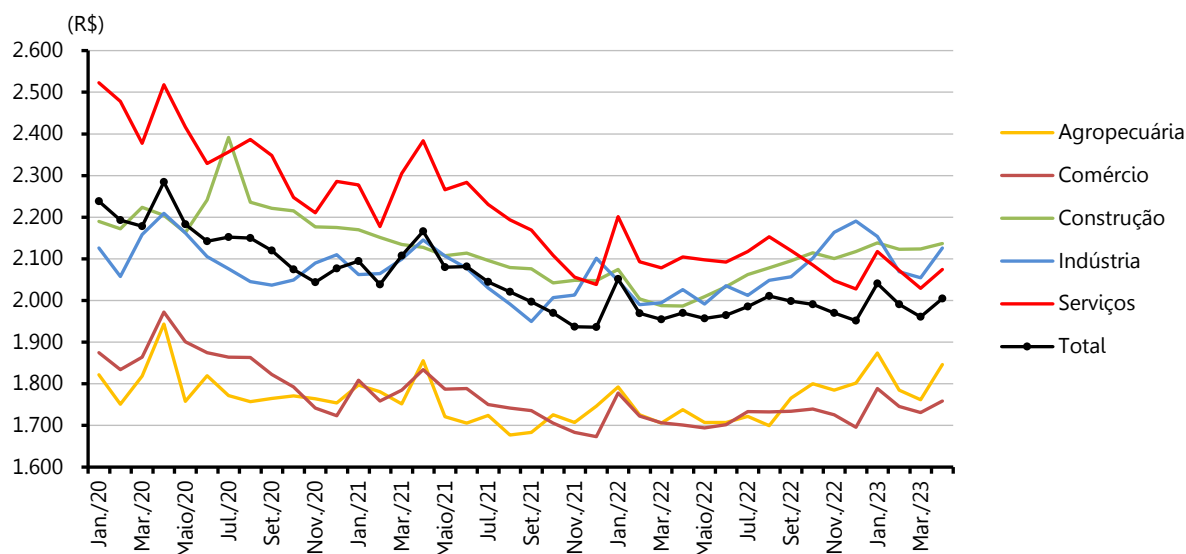
Mesmo com essa discreta reversão nos últimos 12 meses, a série de quatro medições (cobrindo o transcurso de três anos), ainda que de curto alcance temporal, flagra um aprofundamento das desigualdades das remunerações entre os gêneros, no mercado formal de trabalho gaúcho. Em 2020 — sempre se considerando os meses de abril de cada ano —, as mulheres ingressavam com salários médios que correspondiam a 98,4% dos pagos aos homens; no ano seguinte, essa proporção caiu para 93,2%, e, em 2022, atingiu-se o ponto de menor equidade, com 90,5%. Na última medição, uma suave oscilação elevava o percentual em dois décimos, para 90,7%.

Além das desigualdades de salários iniciais entre homens e mulheres, examinam-se, exploratoriamente, os contrastes entre as remunerações reais para ingresso nos vínculos formais de trabalho dos cinco principais setores, com apoio na série do Novo Caged. Ainda não se articulam, neste momento, as variáveis setor de atividade e sexo dos trabalhadores, mas estas são dimensões inextrincáveis de uma mesma problemática, já que a distribuição setorial do emprego das mulheres é muito diferente da dos homens (entre inúmeros outros contrastes nos perfis e trajetórias típicos de cada gênero no mercado de trabalho).

Atendo-se, neste momento, às evidências sobre a evolução recente dos salários médios reais de ingresso nos setores (**Gráfico 17**), reencontra-se, com mais pontos de observação, a tendência de declínio dos rendimentos totais — representados pela linha preta com marcadores —, assinalada a partir do Gráfico 16. Outros elementos analíticos interessantes emergem.

¹⁰ Agradece-se ao Economista Sergio Leusin Jr., da Divisão de Estudos de Atividades Produtivas (DEAP) do Departamento de Economia e Estatística, pela elaboração desses indicadores.

Gráfico 17 - Salário médio real de admissão no mercado formal de trabalho, segundo setores de atividade, no Rio Grande do Sul — jan./2020-abr./2023



Fonte dos dados brutos: Microdados do Novo Caged (BRASIL, 2023).
Nota: 1. Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de março de 2023.
2. Elaborado pelo Departamento de Economia e Estatística.

Uma primeira observação diz respeito às distâncias entre os patamares médios de remuneração de ingresso entre os setores. Tomando-se apenas os meses de abril para as comparações, constata-se que a maior discrepância entre setores — a diferença percentual entre aquele que detinha, no momento, o mais alto salário médio de ingresso e aquele que apresentava o menor — foi de 23% nos anos de 2020 e de 2021; a seguir, reduz-se para 19,2% e 17,7% nos períodos subsequentes. Pode-se detectar uma considerável convergência nos níveis salariais praticados para o recrutamento, o que possivelmente se articula com a esmagadora maioria de jovens nos contingentes que vêm sendo engajados no mercado formal, nesse período, fator que, tendencialmente, aproxima sensivelmente as credenciais escolares e de experiência profissional desses indivíduos.

O setor serviços encontra-se com os patamares mais altos de remuneração média real para o ingresso, nos meses de abril dos três primeiros anos; em 2023, é superado, discretamente, pela construção, que termina a série histórica em primeira posição. No polo dos salários médios mais baixos, o mês de abril do primeiro ano da série registra a agropecuária oferecendo a menor remuneração média aos ingressantes; no ano seguinte e nos outros dois que se seguem, esse destaque negativo, por assim dizer, passa às mãos do comércio.

Tabela 11 - Salários médios reais de ingresso no emprego formal e índices do salário médio real, segundo setores de atividade econômica, no Rio Grande do Sul — abr. 2020-23

SETORES	SALÁRIO MÉDIO REAL DE INGRESSO (R\$)				ÍNDICE DO SALÁRIO MÉDIO REAL (abr./20 = 100)			
	Abr./20	Abr./21	Abr./22	Abr./23	Abr./20	Abr./21	Abr./22	Abr./23
Agropecuária	1.943,43	1.855,82	1.738,14	1.846,44	100,0	95,5	89,4	95,0
Comércio	1.972,19	1.833,60	1.701,02	1.758,87	100,0	93,0	86,3	89,2
Construção	2.204,12	2.127,33	1.986,71	2.136,56	100,0	96,5	90,1	96,9
Indústria	2.209,20	2.145,22	2.025,95	2.126,40	100,0	97,1	91,7	96,3
Serviços	2.517,80	2.383,68	2.104,44	2.074,26	100,0	94,7	83,6	82,4

Fonte dos dados brutos: Microdados do Novo Caged (BRASIL, 2023).
Nota: 1. Valores deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) de março de 2023.
2. Elaborado pelo Departamento de Economia e Estatística.

Computando-se as variações interanuais dos salários médios de ingresso dos setores, observa-se que, entre abril de 2022 e o mesmo mês deste ano, quatro setores lograram recuperações reais, sendo as mais expressivas, relativamente, as da construção (7,5%) e agropecuária (6,2%). Serviços foi o único setor em que os trabalhadores ingressaram, em abril de 2023, auferindo menos — em valores corrigidos — do que aqueles que iniciaram seus vínculos de emprego no mesmo mês de 2022, uma variação de -1,4%. Recuando-se mais um ano e mantendo 2023

como ponto de comparação, as constatações são bem diferentes: apenas construção conquistou um (mínimo) ganho real em seu salário de ingresso, nesses três anos. Nos demais, as defasagens, hoje, chegam a -13% nos serviços e a -4,1% no comércio. Por fim, no confronto entre as pontas da série, sempre considerando os meses de abril, o ano de 2023 caracteriza-se por rendimentos reais médios de ingresso inferiores aos de 2020, nos cinco setores. Também aqui são serviços (-17,6%) e comércio (-10,8%) as atividades com maiores perdas nos valores reais de admissão dos trabalhadores. A menor diferença é, ainda assim, de -3,1% na construção.

2.6 ROTATIVIDADE NOS POSTOS DE TRABALHO SEGUNDO ATIVIDADES ECONÔMICAS

No último número deste boletim, iniciou-se um exercício analítico de incorporar a esta apreciação periódica que se faz do mercado de trabalho gaúcho a mensuração da rotatividade nos vínculos formais de emprego¹¹. Naquele momento, destacou-se a consistente elevação dessas taxas, tanto entre 2020 e 2021 quanto entre 2021 e 2022, nas 27 unidades da Federação.

A rotatividade articula-se com muitos fenômenos socioprodutivos e com racionalidades distintas dos múltiplos sujeitos que interagem nesse mercado tão diferenciado quanto é o mercado de trabalho, em cada contexto. Independentemente dessa potencial polissemia, a rotatividade costuma ser considerada um indicador indireto da qualidade das relações de trabalho, de estilos de gestão da força de trabalho e até das condições de estabilidade e previsibilidade de determinado ambiente econômico. O patamar em que ela opera em um determinado mercado de trabalho tende a interferir sobre componentes variados, como os processos de aprendizado e inovação no interior das empresas, o comprometimento subjetivo dos trabalhadores e a conflitualidade nas relações de trabalho.

Sem qualquer pretensão de enfrentar, neste espaço e momento, a interpretação desses múltiplos condicionantes e desdobramentos, esta subseção procura apenas avançar no exercício iniciado na edição anterior, desta vez com foco no cotejo desse indicador em diferentes atividades produtivas (aqui abordadas a partir das divisões da CNAE 2.0). Calculam-se os índices de rotatividade com base nos dados do Novo Caged. Entre as metodologias alternativas (XAVIER SOBRINHO; STERNBERG, 2016), adotou-se a mais consagrada, que tem ainda a vantagem de ter sido, historicamente, aquela utilizada pelo Ministério do Trabalho e Emprego.

O cálculo consiste em tomar o número total de trabalhadores desligados **ou** o de trabalhadores admitidos — o valor que for menor —, em um ciclo de tempo (neste caso, anual), e relacioná-lo, como porcentagem, ao número médio de trabalhadores empregados ao longo do período considerado.¹²

Não há como se arbitrar um nível de rotatividade no trabalho que seja “natural” — ou até desejável —; ainda assim, é uma característica historicamente reconhecida do mercado de trabalho brasileiro a curta duração dos vínculos de emprego, relativamente a outras experiências internacionais, como o são também as implicações negativas que historicamente esse traço das relações de trabalho aportam ao regime de trabalho (BALTAR; PRONI, 1996) do País¹³.

As diferenças setoriais envolvem fatores tecnoprodutivos e de mercado que particularizam as atividades econômicas, conferindo-lhes ciclicidades distintas em sua produção; fatores institucionais, que consagram normatividades específicas para o ingresso e a retirada de determinadas carreiras (como é o caso, extremo, da Administra-

¹¹ Para uma sucinta fundamentação analítica dessa problemática, ver Xavier Sobrinho e Sternberg (2016), publicação que se toma, aqui, como referência.

¹² Nesse exercício, por razões operacionais, optou-se pelo ano civil, em vez dos recortes de 12 meses de abril a abril, utilizados nas subseções anteriores. Os totais de admitidos e desligados são os de cada ano completo (tomando-se apenas o menor entre eles, conforme já foi mencionado), ao passo que os estoques considerados são as médias dos estoques mensais de cada ano.

¹³ Isso não significa afirmar que há uma univocidade do fenômeno, em diferentes contextos sociais, econômicos e institucionais. No referido estudo (XAVIER SOBRINHO; STERNBERG, 2016), buscou-se analisar, justamente, uma conjuntura de especial aquecimento do mercado de trabalho brasileiro, em que se chegou a falar em pleno emprego. Naquele estudo, valorizou-se, a partir do cômputo das demissões por iniciativa do trabalhador, a margem que este, em determinadas circunstâncias, parecia reconquistar para estabelecer projetos pessoais, definindo estratégias que lhe parecessem mais satisfatórias e, com isso, assemelhando-se, mesmo que de forma muito parcial, ao tipo-ideal de um “agente” que “maximiza”, entre outros “agentes”, em um mercado. De modo geral, as assimetrias limitam em muito a agência do trabalhador, o que se reflete em uma rotatividade muito mais associada às estratégias empresariais do que aos projetos pessoais de trajetória laboral.

ção Pública); condicionantes relativos à disponibilidade de recursos — sejam eles naturais, infraestruturais ou humanos (como, por exemplo, uma escassez relativa de trabalhadores qualificados para determinados processos), etc.

As divisões da CNAE 2.0 compõem-se de 87 categorias. Optou-se, aqui, por desconsiderar aquelas que, na média do ano de 2022, tiveram menos de 1.000 vínculos de trabalho formal ativos, dada sua pequena significância. Restaram 75. Na **Tabela 12**, por razões de síntese, apresentam-se os resultados para um subconjunto selecionado — em função dos resultados ou da relevância dos estoques de empregos — dessas atividades, o que resultou em 31 divisões.

Antes, no entanto, cabe registrar, sobre o conjunto de 75 divisões analisadas, que 70 tiveram aumento da rotatividade em 2021, frente a 2020; em 2022, 50 registraram elevação do indicador, relativamente ao ano anterior. Considerando-se o arco dos dois anos, 68 das 75 categorias de estabelecimentos o encerraram com rotatividades mais elevadas do que aquelas com que o haviam iniciado. Mesmo que de forma não tão “unânime” quanto a verificada na abordagem por UFs do último número, também quando se cotejam diferentes processos produtivos é patente a generalizada tendência à elevação da rotatividade nos mercados de trabalho brasileiro e gaúcho.

Tabela 12 - Estoques médios de trabalhadores formais, taxas de rotatividade e variação das taxas de rotatividade, segundo divisões selecionadas da Classificação Nacional de Atividades Econômicas 2.0 (CNAE 2.0), no Rio Grande do Sul — 2020-22

DIVISÕES DA CNAE 2.0	ESTOQUE EM 2022 (1)	ROTATIVIDADE (%)			Variação % da Taxa 2020-22
		2020	2021	2022	
Seleção, agenciamento e locação de mão de obra	13.065	204,1	232,6	279,2	36,8
Fabricação de produtos do fumo	9.750	165,1	159,9	168,4	2,0
Publicidade e pesquisa de mercado	6.116	83,1	90,6	95,0	14,4
Obras de infraestrutura	25.821	65,3	74,6	81,9	25,4
Alimentação	75.176	49,6	72,4	79,8	60,7
Atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão ...	1.175	21,3	47,3	75,1	252,1
Construção de edifícios	48.417	72,5	72,3	75,0	3,5
Alojamento	16.003	42,6	62,4	69,7	63,6
Comércio varejista	438.549	50,0	57,5	61,9	23,7
Agricultura, pecuária e serviços relacionados	85.172	33,7	37,9	59,5	76,5
Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos para viagem e calçados	103.214	43,8	47,0	56,4	29,0
Atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial	3.144	91,8	94,2	50,6	-44,8
Comércio por atacado, exceto veículos automotores e motocicletas	110.032	44,1	48,2	47,8	8,4
Agências de viagens, operadores turísticos e serviços de reservas	2.797	27,9	46,1	46,4	66,5
Fabricação de produtos alimentícios	143.844	38,5	47,3	46,4	20,6
Transporte terrestre	121.873	32,6	43,0	44,2	35,6
Fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores	2.869	81,6	100,8	39,4	-51,8
Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	10.957	42,6	42,4	38,6	-9,4
Educação	105.368	19,9	29,0	33,8	69,8
Atividades jurídicas, de contabilidade e de auditoria	38.375	20,8	26,6	33,5	60,8
Atividades de atenção à saúde humana	168.590	24,7	28,3	29,8	20,7
Serviços de assistência social sem alojamento	7.893	16,1	25,4	27,0	68,4
Atividades de rádio e de televisão	5.844	13,8	21,5	22,4	62,1
Fabricação de coque, de produtos derivados do petróleo e de biocombustíveis ..	2.307	14,8	17,3	15,1	2,1
Pesquisa e desenvolvimento científico	1.501	10,5	13,7	14,7	39,8
Correio e outras atividades de entrega	8.431	8,2	14,2	14,0	71,2
Eletricidade, gás e outras utilidades	10.531	5,4	8,1	13,2	142,5
Transporte aéreo	1.586	3,9	10,0	11,8	201,5
Atividades de serviços financeiros	43.220	7,4	10,8	10,9	47,3
Administração pública, defesa e seguridade social	60.679	1,6	3,7	5,8	275,0
Captação, tratamento e distribuição de água	6.227	2,6	3,2	1,9	-26,9
RS TOTAL	2.632.430	41,1	46,9	50,1	21,7

Fonte dos dados brutos: Microdados do Novo Caged (BRASIL, 2023).

Nota: 1. Foram incluídas nesta seleção de divisões da CNAE aquelas que detinham ao menos 100 mil empregados em 2022; as que apresentaram as maiores e as menores taxas de rotatividade em 2022; e aquelas em que a variação, positiva ou negativa, da taxa, entre 2020 e 2022, foi especialmente expressiva.

2. Elaborado pelo Departamento de Economia e Estatística.

(1) O estoque é a média dos estoques mensais apresentados pelo Novo Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Novo Caged) naquele ano.

Tomando-se, primeiramente, as taxas de rotatividade de 2022, percebe-se que a dispersão desse indicador é elevadíssima, com os resultados variando entre 1,9% na divisão captação, tratamento e distribuição de água, e o extremo de 279,2% em seleção, agenciamento e locação de mão de obra. Apenas esta última e a divisão fabricação de produtos do fumo, com 168,4%, apresentaram resultados superiores a 100%. Isso significa que o número de trabalhadores que é substituído ao longo do ano é maior do que o tamanho médio da força de trabalho daquela atividade. A fórmula, ao considerar apenas o volume menor — entre os admitidos, de um lado, e os desligados, de outro —, evita que se interprete como rotatividade o que pode ser uma expansão ou retração da atividade. Isola-se, por assim dizer, a parcela que é substituída e/ou que tem um vínculo de trabalho mais curto do que o ciclo temporal considerado (neste caso, anual). Em outras palavras, para cada indivíduo demitido que é considerado no cálculo da rotatividade, terá havido pelo menos um admitido, no mesmo período (isso no caso de os desligamentos terem sido menos numerosos do que as contratações; em caso contrário, evidentemente, o raciocínio é simétrico e inverso).

Tanto o agenciamento de mão de obra quanto a indústria fumageira são facilmente reconhecíveis em suas especificidades que consagram altas taxas de rotatividade: no primeiro caso, pela natureza de “passagem” do trabalhador entre uma empresa de intermediação e um potencial empregador ou usuário de trabalho eventual. Expressa um padrão de flexibilidade que vem impondo-se nas últimas décadas por diversas forças institucionais, que atendem a demandas precipuamente patronais. Já a indústria do tabaco responde ao ciclo de cultivo e colheita de sua matéria-prima, ocupando um ciclo bem menor do que o curso de um ano para o processamento e industrialização. Mas há uma série de outras atividades com índices bastante elevados, como publicidade e pesquisa de mercado (95,0%), obras de infraestrutura (81,9%) ou alimentação — que se refere aos serviços de alimentação, neste caso —, com 79,8%.

Dentre as divisões com forças de trabalho mais estáveis, além da já mencionada captação, tratamento e distribuição de água, destacam-se Administração Pública, defesa e seguridade social (5,8%) e atividades de serviços financeiros (10,9%) — neste último caso, influenciadas parcialmente pela forte presença de instituições públicas operando na atividade.

Tanta atenção quanto a magnitude da rotatividade merece, aqui, a elevação generalizada desse indicador nos últimos dois anos. Partindo de patamares muito diferenciados, os crescimentos relativos mais acentuados ocorreram em Administração Pública, defesa e seguridade social (de 1,6% para 5,8%, um crescimento de 275%); atividades cinematográficas, produção de vídeos e de programas de televisão (21,3% para 75,1%, ou 252%), transporte aéreo (3,9% para 11,8%, ou 201%), eletricidade, gás e outras utilidades (5,4% para 13,2%, ou 142%). É interessante observar que esses avanços mais intensos, relativamente, ocorreram, em três desses quatro casos citados, em divisões da CNAE que ainda detêm algumas das taxas de rotatividade menos elevadas, na comparação com as demais. Isso parece indicar a expansão de práticas de flexibilização em atividades que até recentemente estavam mais distantes delas, como a Administração Pública.

Entre as sete divisões que mostraram redução do indicador, o destaque foi a fabricação de outros equipamentos de transporte, exceto veículos automotores (de 81,6% para 39,4%, ou -52%), atividade já bastante referida anteriormente, que se concentra na fabricação de embarcações e viveu um ciclo expansivo muito intenso no período. Logo a seguir, atividades de sedes de empresas e de consultoria em gestão empresarial (de 91,8% para 50,6%, ou -45%) e captação, tratamento e distribuição de água (2,6% para 1,9%, ou -27%).

Entre as atividades que foram selecionadas para o quadro-síntese em função do elevado número de empregados (as que tiveram estoque médio de ao menos 100 mil vínculos formais em 2022), apenas uma despontou dentre as divisões com maiores taxas de rotatividade ou com maior variação desse indicador entre 2020 e 2022: na educação, o indicador elevou-se de 19,9% para 33,8% (um avanço de 70% da taxa).

A elevação da rotatividade no mercado de trabalho parece traduzir, de um lado, efeitos das flexibilizações sucessivas na legislação trabalhista, lembrando-se que alguns estatutos inovadores que elas consagraram, como o trabalho intermitente ou as alterações, fundamentalmente concessivas, na regulamentação do trabalho em tempo parcial e temporário, deveriam, em tese, operar no sentido contrário, permitindo aos empregadores prolongar vínculos de trabalho com custos menores, menos “rígidos” e mais adequados à sua efetiva demanda.

Por outro lado, há que se ter presente que o ambiente econômico passou, no período analisado, por turbulências de diversas ordens, com destaque para a pandemia de COVID-19, que elevaram a incerteza, comprometeram cadeias de abastecimento, bloquearam a circulação de pessoas, impactando a demanda de muitas atividades e impondo desafios gerenciais e estratégicos ingentes. Fatores dessa natureza elevaram a mortalidade dos estabelecimentos, exigindo dos demais reorientações que podem ter consagrado práticas, inicialmente defensivas, que podem ter-se convertido, posteriormente, em novos padrões de gestão, inclusive das relações de trabalho.

2.7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O mercado formal de trabalho do RS manteve sua trajetória de expansão. Os resultados acumulados dos últimos meses disponíveis da série do Novo Caged mostram um crescimento de 3,5% (equivalentes a 91 mil vínculos adicionais de emprego), o que configura desaceleração em relação aos 12 meses anteriores e manteve o RS em penúltima posição no ordenamento das variações relativas do emprego das 27 UFs.

A indústria gaúcha, mesmo tendo logrado saldo positivo, registrou retração em seis dos seus 24 segmentos e teve o resultado mais pálido entre os cinco setores (2,2%). Os salários médios reais praticados nas contratações, em abril de 2023, tiveram pequeno ganho (1,8%), na comparação com o mesmo mês de 2022, mas ainda computam perdas consideráveis relativamente a 2021 e, especialmente, a 2020. O setor serviços foi o único a não registrar esse ganho dos últimos 12 meses e é o que computa a maior perda no acumulado de três anos, intervalo em que todos apresentam recuo.

A Serra, parece ter-se ressentido do fraco desempenho da indústria, que tem elevada ponderação na estrutura ocupacional da região, tendo ficado com a menor variação do emprego formal (2,8%) entre as Regiões Funcionais gaúchas. O destaque positivo, com 5,6%, foi o Sul, RF5, fortemente influenciado pelo bom momento da indústria naval.

As oportunidades geradas no mercado formal prosseguem destinando-se, mais do que proporcionalmente ao peso que detêm na estrutura do emprego, a alguns segmentos populacionais, notadamente os jovens com até 24 anos e os indivíduos com ensino médio completo. O relativo estreitamento do acesso ao emprego formal por indivíduos acima dos 50 anos e dos detentores de nível superior completo associa-se às perdas acumuladas nos salários de ingresso.

Por fim, no que parece ser uma expressão das sucessivas iniciativas institucionais implementadas com o intuito de flexibilizar o mercado de trabalho, constata-se um intenso aumento das taxas de rotatividade. No número anterior deste boletim, verificou-se que esse fenômeno ocorreu em todas as unidades da Federação, nos dois intervalos interanuais entre 2020 e 2022. Neste número, examinaram-se os resultados para 75 divisões da CNAE 2.0, no Estado, constatando-se que o indicador cresceu em 68 delas, no arco desses dois anos.

REFERÊNCIAS

BALTAR, P. E. de A.; PRONI, M. W. Sobre o regime de trabalho no Brasil: rotatividade da mão-de-obra, emprego formal e estrutura salarial. In: OLIVEIRA, C. A. B. de; MATTOSO, J. E. L. (Org.). Crise e trabalho no Brasil: Modernidade ou Volta ao Passado? São Paulo: Scritta, 1996. p. 109-149.

BOLETIM DE CONJUNTURA DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 5, n. 1, 2023. Disponível em: <https://admin.dee.rs.gov.br/upload/arquivos/202304/27093033-boletim-de-conjuntura-do-rs-v-5-n-1-abr-2023-1.pdf>. Acesso em: 27 abr. 2023.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: DEE/SPGG, v. 3, n. 4, 2022. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 29 maio 2023.

BOLETIM DE TRABALHO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: SPGG/DEE, v. 5, n. 1, 2023. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/boletim-trabalho>. Acesso em: 20 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Base estatística RAIS**. Brasília, DF: MTE, 2022. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged/rais.php>. Acesso em: 29 maio 2023.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Estatísticas mensais do emprego formal** — Novo Caged: abril 2023. Brasília, DF: MTE, 2023. Disponível em: <http://pdet.mte.gov.br/novo-caged>. Acesso em: 07 jun. 2023.

CARVALHO, S. Retrato dos rendimentos e horas trabalhadas durante a pandemia – resultados da PNAD Contínua do segundo trimestre de 2021. **Carta de Conjuntura**. Brasília: IPEA, n. 52, 3º trimestre, p. 1-17, 2021. Disponível em: https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/conjuntura/210917_cc_52_nota_25_rendimentos_do_trabalho.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: PNAD Contínua — Microdados. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: https://www.ibge.gov.br/estatisticas/downloads-estatisticas.html?caminho=Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Trimestral/Microdados/2023. Acesso em: 26 maio 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo. Rio de Janeiro: IBGE, 2023a. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/7060>. Acesso em: 27 fev. 2023.

IBGE. **Sistema IBGE de Recuperação Automática**: Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua — Divulgação Trimestral — 1.º trimestre de 2023. Rio de Janeiro: IBGE, 2023b. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/home/pnadct/brasil>. Acesso em: 18 maio 2023.

ILO. **Key indicators of the labour market**. Geneva: ILO, 2016. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---stat/documents/publication/wcms_498929.pdf. Acesso em: 12 ago. 2020

OIT. **Resolución sobre las estadísticas del trabajo, la ocupación y la subutilización de la fuerza de trabajo**. Ginebra: OIT, 2013. Disponível em: https://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---dqreports/---stat/documents/normativeinstrument/wcms_234036.pdf. Acesso em: 5 jun. 2019.

RIO GRANDE DO SUL. Secretaria do Planejamento, Governança e Gestão. Departamento de Economia e Estatística. **PIB RS trimestral**. Porto Alegre: SPGG/DEE, 2023. Disponível em: <https://dee.rs.gov.br/pib-trimestral>. Acesso em: 23 mar. 2023.

XAVIER SOBRINHO, G. G. F.; STERNBERG, S. Demissões voluntárias: sentidos renovados da rotatividade em um mercado de trabalho aquecido. **Indicadores Econômicos FEE**, V. 43, N. 3, 2016. Disponível em: <https://l1nk.dev/revistaplanejamento>. Acesso em: 20 maio 2023.



GOVERNO DO ESTADO
RIO GRANDE DO SUL